

TRANSCRIÇÃO REUNIÃO COMUI

Dia: 19/09/2017

Horário: 14h

1 **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – Boa tarde a todos, vamos
2 iniciar então nossa reunião 34/2017, 19 de setembro de 2017. Ordem do dia, justificativas
3 de ausências. Ana, Banco de Alimentos justificou semana passada de que não viria, mais
4 ninguém? Mais ninguém comunicou. Verificação do quórum, são 12? 12 Conselheiros
5 presentes. Assunto, análise da ação declaratória de nulidade de ato com pedido de
6 integração em função e indenização por dano material e moral, discussão e
7 encaminhamentos. Alguém tem mais algum assunto para colocar em pauta. **Sra. Lúcia**
8 **Helena Bastos Maschke (Associação Ferroviários Sul Riograndense)** – Eu queria ver se
9 a gente pode concluir a análise do registro. **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo**
10 **Padre Cacique)** – Solução de registro? Mais algum assunto? É o Mês do Idoso, não é?
11 Mês do Idoso, então antes da... Mês do Idoso. Está bom, então Mês do Idoso, fica antes da
12 resolução de registro, está bom? Mais algum assunto, vamos aprovar a pauta? Quem é
13 favorável a pauta? 13 votos favoráveis, com a presença da Aline, que chegou agora. Quem
14 se abstém? Ninguém se abstém? Ninguém, então vou passar, já entrando na nossa pauta, na
15 primeira pauta do dia, Conselho... Eu fiquei sabendo da ação que veio para conhecimento
16 do Conselho, a Gerência passou para conhecimento, então eu estou trazendo para socializar
17 com vocês. Eu passo a palavra agora para o Luiz Salatino, que tem alguns informes ali e
18 apresentações. **Sr. Luiz Vasconcelos Salatino (Gerência do COMUI/CMDCA)** – Boa
19 tarde Conselheiros, Luiz Salatino, do CMDCA/COMUI. Atendendo a uma demanda da
20 Presidente Elisiane, que solicitou a presença do nosso Assessor Jurídico, que é o Dr. André
21 Cruz, está conosco há alguns meses aqui na Secretaria de Relações Institucionais. A gente
22 trouxe ele para que seja dado alguns informes sobre a situação da ação movida pelo Ex-
23 Presidente da Lélío Falcão, que já é do conhecimento de vocês, já é do conhecimento da
24 Presidência, logo que essa ação chegou aqui na Gerência já foi prontamente passada para a
25 Presidente para que ele tomasse conhecimento. Então trata dessa demanda, o André está
26 aqui, ele tem uma janela de 40 minutos, é um tempo... Está exímio hoje, mas eu acredito
27 que nesse tempo seja possível elucidar algumas dúvidas, alguns conhecimentos até agora
28 neste processo que está ainda em fase inicial de resposta. André, por favor. **Sr. André**
29 **Cruz (Assessoria Jurídica da Secretaria Municipal de Relações Institucionais)** – Uma
30 boa tarde a todos, a mesa diretora, a todos os Conselheiros. Meu nome é André Cruz, como
31 já fui apresentado, Assessoria Jurídica da Secretaria Municipal de Relações Institucionais.
32 Estou aqui para fazer esclarecimentos a respeito da relação do processo que nós temos em
33 face do Lélío, Ex-Presidente do Conselho, ele está bem... Ele é um processo que só tem
34 uma peça, é um processo eletrônico, é um processo que está comedido em rito
35 sumaríssimo, o que é isso? É um cruzado especial cível, Juizado Especial da Fazenda
36 Pública, é como os antigos juizados de pequena causa, então ele tem um rito próprio. Após
37 a distribuição da inicial feita pelo Lélío, no qual ele pede lividamente que seja declarada a
38 nulidade do ato que desquantifica Presidente, e o Conselho pede retorno ao posto de

39 Presidente. Em princípio essa liminar foi indeferida pelo Juiz, que determinou que
40 ocorresse a citação do Município de Porto Alegre para que diga se tem interesse no pedido
41 de conciliação. Em princípio nós temos que analisar juridicamente a possibilidade e o
42 interesse que nós temos de ir para esta audiência de conciliação. **Sr. Roberto Rodrigues**
43 **Fuentes (Secretaria Municipal da Saúde – SMS)** – Doutor só uma dúvida, a liminar foi
44 indeferido? Roberto da Saúde, ou ficou para ser analisada após a audiência de conciliação?
45 **Sr. André Cruz (Assessoria Jurídica da Secretaria Municipal de Relações**
46 **Institucionais)** – Como eu esclareci para o Luiz, ela, a liminar, nós vemos na televisão,
47 vemos... Mesmo quem é leigo, quem não é da área, não sei se tem colegas aqui de...
48 Perfeito, que bom, então fica bem mais fácil do esclarecimento. A liminar, ela pode ser
49 vista ou revista a qualquer tempo. Nós não tivemos acesso, eu particularmente, porque eu
50 trato de processo eletrônico do despacho inicial, o único documento que nós temos é de
51 intimação para que nós, a administração Pública fale do interesse da audiência de
52 conciliação, está bom? Se houvesse o deferimento desta liminar, viriam no corpo dessa
53 intimação para que ele retomasse o posto, isto não está nesse documento. Ou seja, ela pode
54 ser revista, essa liminar? Pode ser revista. O exemplo que eu trouxe para o Luiz hoje de
55 manhã, nós conversando, é que elas são de elementos. Uma mãe que entra com ação de
56 elementos pede uma liminar na qual o Juiz defere liminar e por algum motivo o pai teria
57 um DNA, por exemplo, poderia mostrar para o Juiz e o Juiz retirar essa liminar. Então de
58 fato a partir do momento em que nós fomos citados a liminar não foi deferida, eu não sei se
59 ela foi apreciada, mas deferida ela não foi, porque se assim fosse o documento que nós
60 teríamos em mão da citação seria liminar judicial de retorno dele e conseqüentemente os
61 outros atos a ser necessários, está bom? No meu ponto de vista e assim me manifestei para
62 a Procuradoria, porque é importante deixar claro que a minha competência, apesar de eu ser
63 Advogado, estar descrito nos quadros da ordem, eu sou Assessor da Secretaria, então eu
64 faço o parecer e mandou para a Procuradoria, que é quem tem legitimidade para atuar como
65 Defensor dos interesses da Administração Pública nesse processo. O meu parecer é de, sim,
66 nós temos que ir a audiência de conciliação por um motivo simples, nós não sabemos o que
67 o Lélío tem a oferecer em termo de conciliação. A partir daí só que vão fluir os prazos de
68 defesa, é a partir daí que o Juiz... Que não havendo mais eventual conciliação vai marcar
69 uma audiência de instrução para o julgamento da qual as partes serão ouvidas, as
70 testemunhas arroladas serão ouvidas, o momento em que a Administração Pública vai
71 trazer a sua defesa. Então é bem preliminar, em que pese todo este processo, por toda essa
72 nomenclatura, toda essa dificuldade para quem não é da área, para quem é da área fica um
73 pouco mais simples, até porque tem um pedido ali de indenização e um erro técnico que
74 tem na peça que foi apreciada, é que tem um pedido de indenização por danos morais e
75 danos materiais no intitulado na ação, só que nos pedidos não há. E como o Juiz não
76 pode extrapolar os pedidos da demanda ele, o Juiz, não poderia apreciar com relação aos
77 pedidos. É claro que rito sumaríssimo ele é pautado pelo princípio, por alguns princípios
78 que dão brecha para que seja modificada essa inicial. O rito sumaríssimo, ele prevê que as
79 partes não tem toda aquela formalidade, ele traz uma informalidade para o processo, isso
80 nos traz uma insegurança com relação a esse fato, a esse eu material que ocorreu, uma peça
81 inicial, que se fosse num rito ordinário nós temos vantagem nessa situação, porque passou o
82 momento de ser pedido e não houve uma emenda inicial. Exatamente, eu estou aberto a
83 maiores questionamentos, quero esclarecer o máximo possível dentro do que nós temos,
84 porque isto que eu coloquei é bem o que nós temos hoje, é bem incipiente, é bem vago o
85 que está acontecendo até então. Nós temos uma inicial e nós temos que nos manifestar, nós,

86 eu digo, a Administração Pública, se quer ou não quer que a audiência de conciliação.
87 Então eu não sei se a gente pode, mas a gente já vê para que os demais... Quem quiser fazer
88 perguntas. **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – Podemos abrir,
89 só que eu não sei se os senhores querem que leia, que muitos não têm conhecimento, a ação
90 declaratória que o Sr. Lélvio Luzardi Falcão. **Sra. Eleonora Kehles Spinato (Associação de**
91 **Moradores do Jardim Ipiranga - ASMOJI)** – Eu acho que é bom ler, se as pessoas não
92 têm conhecimento. **Sr. Wilson Abascal Pastorini (Secretaria Municipal de**
93 **Desenvolvimentos Social - SMDS)** – Eu sugiro o seguinte, eu esqueci seu nome, o André,
94 ele foi muito claro, é uma situação inicial. A Administração Pública, que é, que está... Isso,
95 o Procurador, ele vai ter que olhar essa... **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo**
96 **Padre Cacique)** – Sim, nós já tivemos hoje de manhã, conversando com o Ricardo Tim. Já
97 falou que já conversou contigo e aí ele já está fazendo a defesa, só que assim, Pastorini,
98 muitos aqui não têm conhecimento do caso, por isso que nós estamos propondo para... E até
99 mesmo porque o que ele falou que ele saiu, o motivo não foi aquele. **Sr. André Cruz**
100 **(Assessoria Jurídica da Secretaria Municipal de Relações Institucionais)** – Mas mais
101 uma vez é importante que a gente traga para aqui, no órgão de direito, que esse é uma
102 manifestação unilateral de uma das partes. Nada do que está colocado aí tem o seu valor se
103 não for comprovado, o ônus da prova de quem alega é Doutor, neste caso nas alegações que
104 ele está trazendo, o ônus da prova é discutido em vários momentos. A partir do momento
105 em que nós dissemos que ele não tem direito nos cabe dentro da análise do regimento do
106 COMUI verificar o que nos é necessário em provar. Agora as alegações iniciais, elas
107 sempre assustam muito porque é cliente que a gente vai conversar e qualquer ator
108 envolvido no processo. Porque o Advogado, o papel é aceitar tudo, aquela velha colocação,
109 o Advogado dele colocou da melhor forma a história para que com... Então a gente, uma
110 vez que for ler inicial, é importante que a gente consiga analisar desta forma, é uma petição
111 inicial feita por um Advogado contratado pelo Ex-Presidente, está bom? Porque é pesado a
112 forma com que... Se a gente não tiver essa premissa, apesar da gente analisar a inicial
113 apenas deste ano. **Sr. Ruy Pedro Baratz (Lar da Amizade)** – A ação é pessoal, não é do
114 sindicato. **Sr. André Cruz (Assessoria Jurídica da Secretaria Municipal de Relações**
115 **Institucionais)** – Exato, a ação é pessoal, pessoa física. **Sr. Ruy Pedro Baratz (Lar da**
116 **Amizade)** – O Sindicato é o Município de Porto Alegre? **Sr. André Cruz (Assessoria**
117 **Jurídica da Secretaria Municipal de Relações Institucionais)** – Exato, é o Município de
118 Porto Alegre, legitimidade só Município, e analisando essa questão, só para esclarecer,
119 depois a gente... **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – As
120 perguntas podem fazer. **Sr. André Cruz (Assessoria Jurídica da Secretaria Municipal**
121 **de Relações Institucionais)** – Em princípio o Município de Porto Alegre é legítimo para
122 responder, até porque pelo próprio regimento do COMUI cabe ao Prefeito a posse ou... Eu
123 não sei a palavra que está no regimento, mas a exclusão... **Sra. Elisiane Silva de**
124 **Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – Destituição. **Sr. André Cruz (Assessoria**
125 **Jurídica da Secretaria Municipal de Relações Institucionais)** – Destituição, perfeito,
126 muito obrigada. De um Conselheiro cabe ao Prefeito, então a legitimidade é do Município
127 para responder, por favor. **Sr. Wilson Abascal Pastorini (Secretaria Municipal de**
128 **Desenvolvimentos Social - SMDS)** – A título de contribuição, pela experiência de vida que
129 a gente tem, a caminhada. Eu desde o início, no dia que fui para o Conselho, eu acho que
130 nunca é tarde pedir de novo, fazer um relato dos fatos a fim de subsidiar o Procurador.
131 Cronológico, tal dia aconteceu tal coisa, tal dia tal coisa, simplesmente relato de fatos, e
132 passamos para o Procurador, que vários subsidiavam a resposta em termos de defesa, a

133 pedido de... **Sr. André Cruz (Assessoria Jurídica da Secretaria Municipal de Relações**
134 **Institucionais)** – É irrelevante, porque o colega, o Procurador, o Tim, lá dentro do gabinete
135 dele, ele não tem conhecimento dessa vida orgânica que você tem, que por mais que nós
136 tenhamos acesso as atas, realmente às vezes é complicado interpretarmos, fica muito mais
137 difícil do quem conviveu no dia-a-dia, então sim, é um documento muito interessante. **Sr.**
138 **Edson Aracy Meneses Ferreira (Instituto Nacional da Próstata)** – Nós tivemos hoje
139 com o Ricardo Tim e levamos quatro atas, damos as atas, mas pegamos... Realmente tem a
140 referência no processo. Levamos a ele também a emissão de uma resolução que não foi
141 aprovado pelo Pleno, levamos a ele também essa prova, e ele emitiu a resolução, sem a
142 enrolação do procedimento. E ali relata todo os fatos desde o início, inclusive a última em
143 que ele foi, por assim dizer, destituído do cargo, e foi dado todo o direito de defesa a ele,
144 ele falou mais ou quase uma hora e cada membro fez as considerações e por assim,
145 acusações de defesa de... E na última ata, quando ele já tinha sido destituído em função do
146 regimento, a última ata, ele veio na reunião, aí foi dito a ele para dar a Presidente que
147 estava em exercício no momento, a Elisiane, de que ele não era mais Presidente, e ele
148 destituído. E aí foi reafirmada, aí houve agressão, aí o seu Assistente lá, o seu técnico, lá do
149 CMAS entrou na agressão, aí foi para aquele dia para a Presidência, saiu dali, foi para
150 agredir, eu me levantei, fui... E aí tem os relatos em áudio de celular das palavras fortes que
151 ele fez, veio para me agredir. E aí depois veio o... **Sr. André Cruz (Assessoria Jurídica da**
152 **Secretaria Municipal de Relações Institucionais)** – Esse documento, nós tivemos acesso.
153 **Sr. Edson Aracy Meneses Ferreira (Instituto Nacional da Próstata)** – É, só que agora
154 nós podíamos traduzir, pedir ao senhor Carlos, que ele voltasse demitido. **Sra. Elisiane**
155 **Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – Está bom seu Edson, então eu vou passar
156 a palavra para o Carlos, por favor, Carlos. **Sr. Carlos Fernando Simões Filho (Relações**
157 **Institucionais e Articulação Política - SMRI)** – Secretaria de Relações Institucionais,
158 assim como eu acho que... Depois o grupo, eu acho que pode ver o documento aí na semana
159 e na semana que vem ver com o Advogado os... O André Cruz trouxe hoje, não é uma coisa
160 instantânea, é uma coisa para ser estudada, é o momento inicial e o importante é a gente se
161 ater ao que está sendo proposto no documento do Ex-Presidente, e a gente sempre se
162 lembrar desse movimento todo do Ex-Presidente citado pelo afastamento de Conselheiro,
163 ele não é deposto. Então a gente tem que cuidar com as palavras e os termos para não
164 incorrer em algo que não aconteceu, o que aconteceu aqui foram infrações de regimento ao
165 longo do exercício da função Conselheira de forma desabonadora ao regimento do
166 Conselho, ponto. Se a pessoa não é Conselheira, o que foi afastado pelo regimento,
167 obviamente ela não pode exercer uma outra função como membro de Câmara ou mesmo
168 Presidente ou Vice. Então juntar esses mundos paralelos não é pertinente para nós
169 Conselheiros do COMUI, a primeira coisa é isso. Quando o grupo for ler o documento,
170 como eu o Luiz Salatino tivemos a oportunidade de ler semana passada, muitas coisas são
171 surpreendentes. E a gente tem que fazer como o Advogado André Cruz trouxe aqui, tem
172 que manter um distanciamento, tem que manter ali a observação e fazer o apontamento
173 correto, então quem for ler agora esse documento depois aí na semana vai ver que tem coisa
174 assim, impensáveis, inacreditáveis e que a gente tem que saber avaliar, saber ponderar e
175 saber trabalhar. E essa conciliação que o Cruz também está sugerindo ali é um fato e uma
176 necessidade absolutamente normal, procedente, até para que se possa fazer o movimento
177 total, pleno, tranquilo. Agora uma coisa que fica a se pensar é esse movimento para a
178 Prefeitura, o normal seria para o Conselho e para o Fórum do Idoso, que é um membro da
179 Sociedade Civil. Pois é, um ex-colega de Conselho do Idoso que vem da Sociedade Civil,

180 penso que o procedimento pertinente seria para o Conselho e para o Fórum do Idoso,
181 quando tu faz o movimento para o Poder Público diretamente para mim fica assim como...
182 Eu acho que seria mais pertinente o ex-colega fazer o movimento para o Conselho e para o
183 Fórum, que é da onde vem o procedimento de estar no Conselho do Idoso, que eu é
184 diferente dos Conselhos do Roberto, Wilson, Maria da Graça, José Paulo, Lucas, nós somos
185 indicações de poder, podemos ter o poder público como uma indicação, e os colegas de
186 Sociedade Civil como a Eleonora, a Lúcia, a Ana, todos os outros que estão aqui, é um
187 outro procedimento, então eu achei estranho foi isso. E o outro documento é isso, a gente
188 tem que estudar, ler, ponderar e fazer justamente o que o Advogado está colocando aí. **Sr.**
189 **André Cruz (Assessoria Jurídica da Secretaria Municipal de Relações Institucionais)**
190 – Em sede de contestação eu não vejo outra solução ao não ser estudar a legitimidade ou
191 indicar um terceiro interessado que seria COMUI e os seus desdobramentos. Ainda sobre a
192 nossa fala com relação a eventualidade de acordo, é importante frisar que qualquer
193 possibilidade de acordo tentado em audiência não será definitiva. Como vai o Poder
194 Público o Procurador pode, o Tim no caso, pedir um prazo para lograr, submeter essa
195 possibilidade de acordo ao Secretário, que aí pode analisar com vocês, realmente eu não sei
196 como se dá, até porque o que eu tenho é muito pouco gente, peço a compreensão de vocês,
197 não sei como se dá esse, mas em uma eventual possibilidade de acordo nós traríamos ela
198 dentro de um prazo para o Secretário para que o Secretário autorizasse esse acordo. É
199 importante que todos saibam que em nós aceitando, em assinalando a possibilidade de...
200 Qualquer que seja o acordo ele vai ser surpreendido o conhecimento de vocês, ou ao menos
201 nós traremos ao Secretário para que assim seja. **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo**
202 **Padre Cacique)** – Roberto Rodrigues da Saúde. **Sr. Roberto Rodrigues Fuentes**
203 **(Secretaria Municipal da Saúde – SMS)** – Eu estava analisando ali a manifestação do
204 colega Simões, na verdade a minha dúvida é relação com o passivo. Eu entendo que o
205 Conselho por ter o suporte administrativo da Prefeitura é a Prefeitura, o Conselho vai ter a
206 capacidade de propor ações quando participam de ações, tem casos que são exceções ali,
207 que lei elenca, são meia dúzia e não aquilo que eu teria mais dúvida, que essa discussão eu
208 queria destacar que é só acadêmica, dar parecer ali do senso, uma coisa que me chamou
209 atenção, e aliás também é uma opinião própria, uma opinião discutida ontem, esse assunto
210 está bastante forte, considerando que o Conselho é formado por entidades e não por pessoas
211 físicas, esta legitimidade ativa de propor a ação é que me gera mais curiosidade, se uma
212 pessoa física poderia propor. Porque, na verdade, o Conselho de Entidades, eu fiquei com
213 dúvida se a representação é possível ou não. **Sr. André Cruz (Assessoria Jurídica da**
214 **Secretaria Municipal de Relações Institucionais)** – Por este motivo a importância do
215 documento que a entidade traz outros representantes, é vital. Só que pelo que eu entendi,
216 pela análise que eu fiz do regimento cabe a entidade a qualquer momento indicar seus
217 representantes. Assim como nós temos hoje neste momento um documento na entidade a
218 qual ele representa indicando outras pessoas pode ser protocolado a qualquer momento, que
219 a entidade traga novamente aí um representante. E aí fica a situação, ele não tem
220 legitimidade ativa, porque que isso aqui não é do poder jurídico? Ele, na condição de
221 pessoa física pode entrar com a ação requerendo o seu direito ao cargo de Presidente uma
222 vez que ele só pode exercer esse cargo em função de só representatividade pela entidade,
223 naquele momento em que os atos estão sendo discutidos naquele espaço, naquele momento
224 ele tinha a entidade. Claro que nós não vamos deixar de discuti, vou trazer aqui para a
225 nossa interpretação para que a gente dialogue nesse sentido. Naquele momento ele
226 representava uma entidade? Representava uma entidade, isso é condição se ele pode ou não

227 pode ser Conselheiro, ele era Conselheiro? Era Conselheiro, ele supria os requisitos para
228 ser Conselheiro quando ele representava uma entidade, e para ser Presidente ele tem que ser
229 Conselheiro. Então naquele momento ele tinha todas as condições, o que não impede que a
230 gente conteste a impossibilidade dele hoje não sendo representante de nenhuma entidade,
231 não sendo nem mesmo Conselheiro, tão pouco poderia ser Presidente. Mas naquele
232 momento de espaço e tempo ele tinha as condições para ocupar o cargo. **Sr. Roberto**
233 **Rodrigues Fuentes (Secretaria Municipal da Saúde – SMS)** – Mas daí essa não podia
234 ser no nome próprio, teria que ser ainda que ele assinasse por procuração, teria que ser em
235 nome da entidade. **Sr. André Cruz (Assessoria Jurídica da Secretaria Municipal de**
236 **Relações Institucionais)** – Perfeito, nós vamos. Sem dúvida o Tim, o Dr. Tim trouxe
237 também essa situação, será analisado, porque é complexo, não é fácil de se analisar, é uma
238 brecha que nós temos para abater, é uma brecha que nós temos para colocar no processo,
239 uma vez que há interpretações diferentes. Há interpretações de que pode sim ele, como eu
240 fiz com raciocínio aqui, como pessoa física entrar com uma ação, e há Juízes que não o
241 considerariam, uma vez que ele venha de uma entidade, porquê? Porque o Conselho é
242 formado por entidades. **Sr. Roberto Rodrigues Fuentes (Secretaria Municipal da Saúde**
243 **– SMS)** – É discussão dele. **Sr. André Cruz (Assessoria Jurídica da Secretaria**
244 **Municipal de Relações Institucionais)** – Exato. **Sr. Wilson Abascal Pastorini**
245 **(Secretaria Municipal de Desenvolvimentos Social - SMDS)** – Requer o arquivamento.
246 **Sr. André Cruz (Assessoria Jurídica da Secretaria Municipal de Relações**
247 **Institucionais)** – Pode ser, não deixa de ser uma tese defensiva. **Sra. Elisiane Silva de**
248 **Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – Temos a Eleonora das ASMOJI, tem muitas
249 perguntas para ti. **Sra. Eleonora Kehles Spinato (Associação de Moradores do Jardim**
250 **Ipiranga - ASMOJI)** – Não, fui contemplada agora, porque era essa dúvida que eu tinha
251 mesmo, essa questão de senso aqui. Mas só também Simões, na tua fala ali, porque que ele
252 não falou sobre Sociedade Civil, ele sendo representante. Acontece que toda a
253 argumentação dele aqui, que ele saiu, ele alega que foi em função da Administração
254 Pública, ele coloca no Governo a responsabilidade dele ter saído em vários trechos aqui, eu
255 acho que tem alguns até bem sérios, que eu acho que teria que provar o que está ali, porque
256 ele levantou suspeitas ali que acho que são graves para todos nós tanto para os... Nós todos
257 somos COMUI, eu acho que isso é passível, porque quando a gente requerer alguma coisa
258 assim sobre isso de esclarecimento, mas ele coloca uma inverdade, que ele não saiu em
259 função da justificativa dele ali, que ele coloca que ele saiu, foi perseguido, foi usurpado do
260 poder em função de uma consulta que ele fez sobre o Fundo, sobre os recursos do Fundo.
261 Então ele coloca na Prefeitura a culpa, os Administradores Públicos é que tiraram ele do
262 poder, ele cita bem isso. Agora é revogado, porque se baseou que a saída dele, entre outros
263 fatos que nós contestávamos, era em função da resolução, que não estava de acordo com a
264 resolução, com a deliberação do Pleno, esse que é o nosso fato chave desse diálogo, mas
265 esse, ele passa... Passa assim, ele... **Sr. Carlos Fernando Simões Filho (Relações**
266 **Institucionais e Articulação Política - SMRI)** – Elisiane, a questão que a Eleonora coloca
267 ali, é importante... **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – É o
268 golpe, é o golpe que ele cita aqui. **Sr. Carlos Fernando Simões Filho (Relações**
269 **Institucionais e Articulação Política - SMRI)** – Não em relação golpe, é em relação a
270 resolução, aquela que tu falas agora, tem que ler e reler o material, porque assim, há
271 naquele momento no Pleno no COMUI, ele aprova o parecer da Câmara de Projeto, que era
272 a ida ao Chile. O que o Conselho não aprovou foi uma resolução de 20 mil reais para ir ao
273 Chile e nominando duas pessoas, isso não passou pelo Pleno, o que passou pelo Pleno foi...

274 E aí está escrito lá na ata, traz esse movimento que tu te refere, o Pleno foi favorável por 16
275 ao parecer da Câmara de Projetos sobre a ida ao Chile, o parecer era positivo. Mas o Pleno
276 na semana seguinte e nas outras, inclusive pós a ida, a viagem, se tivesse acontecido, é um
277 valor de 20 mil reais e nominando Lélío Falcão e Vanessa Lucas na viagem, isso não
278 passou pelo Pleno, e aí tinha uma resolução, uma redação e a assinatura dele, então isso não
279 foi aprovado. Então a gente tem que ficar atento ao que foi, não a interpretação. **Sra.**
280 **Eleonora Kehles Spinato (Associação de Moradores do Jardim Ipiranga - ASMOJI)** –
281 Sim, mas quando nós fomos aprovar para ata dessa reunião, desse Pleno, a Elisiane... Se
282 não me engano, a Elisiane pergunta: “*Foi aprovado o ofício para ir?*” E o próprio
283 Presidente confirma: “*Sim.*” Só o ofício não foi, eu não lembrava mais que tinha sido feito.
284 **Sr. Carlos Fernando Simões Filho (Relações Institucionais e Articulação Política -**
285 **SMRI)** – O importante é assim, é um documento que não está aprovado. **Sra. Eleonora**
286 **Kehles Spinato (Associação de Moradores do Jardim Ipiranga - ASMOJI)** – Sim, que
287 não aprovado, é esse o... Só que... **Sr. Carlos Fernando Simões Filho (Relações**
288 **Institucionais e Articulação Política - SMRI)** – A única forma de recursos saírem do
289 Fundo é por resolução aprovada pelo Pleno. **Sra. Eleonora Kehles Spinato (Associação**
290 **de Moradores do Jardim Ipiranga - ASMOJI)** – Não, é isso que eu quero colocar.
291 (Intervenções simultâneas) O texto foi para Administração. **Sra. Elisiane Silva de**
292 **Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – Eleonora só vamos ver, que a gente tem que se
293 identificar, até a taquígrafa está reclamando que nas atas não está tendo identificação, só
294 vamos lembrar de se identificar. Esse fato André, quando ele chegou ao conhecimento, a
295 funcionária Dione e a funcionária Denise, que foram as funcionárias que ele obrigou elas a
296 fazerem a resolução, quando elas falaram para mim do ocorrido naquele dia dentro da
297 Administração do COMUI, lá na Uruguai. Eu na semana seguinte após o ocorrido, eu
298 lembro que eu estava presidindo a reunião porque o Presidente naquele momento estava em
299 viagem para o Equador, e eu solicitei ao grupo, perguntei, reforcei a pergunta: “*O que foi*
300 *aprovado na semana passada?*” A ida ao Chile, aí todos me confirmaram que tinha sido
301 um ofício, então tem a ata 37 de 2016, tem também eu perguntando ali, eu só não falei ao
302 grupo o que estava acontecendo, porque eu ia aguardar chegar a ata para socializar com
303 todos. No momento em que eu tive o conhecimento, se eu ficasse quieta eu ia ser conivente,
304 eu trouxe ao grupo e expliquei o que as meninas haviam relatado a mim, inclusive elas de
305 colocam a disposição de testemunha para testemunha esse caso ocorrido, que foi as duas
306 administrativas. Nesta outra ata aí também que eu te passei, eu grifei todas as falas antes da
307 aprovação da ata 36 de 2016 que eu perguntava para ele: “*Mas o senhor lembra o que foi*
308 *aprovado?*” E ele me diz que foi aprovado um ofício. Eu acho que não precisa. **Sr. André**
309 **Cruz (Assessoria Jurídica da Secretaria Municipal de Relações Institucionais)** – Então
310 assim, me valendo do que o colega Simões trouxe, é questão documental, o que foi
311 aprovado, se foi uma resolução e esta resolução falava que a viagem seria feita, foi
312 aprovada a resolução, esse cuidado técnico que na defesa nós teremos que ter. É um ônus
313 que nos cabe, este comprovar que... O que nós estamos alegando, que é o quê? Que foi
314 aprovado apenas um ofício e ele de alguma forma iria viajar e ainda tem uma rubrica de 20
315 mil reais, certo? É esse cuidado documental que nós temos que ter na defesa de que não foi
316 isso que ocorreu, seja de forma integral ou não, se na resolução dizer que ele iria viajar e
317 ainda... Eu peço mais uma vez a compreensão de vocês, eu estou aprendendo como é que
318 funciona o COMUI, o Tim é que tem muito mais experiência aqui, eu... O colega, ele vai
319 dominar mais facilmente essa situação. Se a resolução foi de fato aprovada e dizia que ele
320 pode viajar, mas em momento algum se falou numa rubrica de 20 mil reais, nós também

321 temos um ato. Mas eu quero chamar atenção para vocês que o Artigo 8º do regimento do
322 COMUI, o seu Parágrafo único diz que qualquer Conselheiro pode ser destituído por
323 comportamento inadequado, que é bem abrangente. Nós não temos o ônus de comprovar
324 algum ato ilícito, nós temos o ônus de comprovar que o regimento foi cumprido. Então
325 como a Eleonora nos trouxe, e eu reitero mais uma vez, nós não precisamos nós apegar a
326 contraditar todo e qualquer documento trazido pelo inicial, nós temos um ônus de
327 comprovar que o regimento foi cumprido, que o centro da questão é o Parágrafo único do
328 Artigo 8º em que é bem subjetivo, é comportamento inadequado, este comportamento
329 inadequado teria que gerar, como gerou, uma exclusão ou desconstituição de Conselheiro.
330 Só que a este regimento nós temos que trazer todos os princípios constitucionais do Código
331 Civil, porque o regimento, ele não vai acabar com toda e qualquer possibilidade de
332 acontecimentos. A partir do momento que houve a necessidade de retirá-lo, os princípios
333 constitucionais para a defesa contraditório foram respeitados, é isso que nós temos que
334 trazer para a nossa defesa. Se nós fossemos nos apegar a cada detalhe não vai terminar o
335 processo, é importante trazer para todos que o elemento que o Juiz vai se apegar é da
336 legalidade ou não do ato que o desconstituiu. **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo**
337 **Padre Cacique)** – Pastorini da SMDS, pode falar. **Sr. Wilson Abascal Pastorini**
338 **(Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SMDS)** – Eu vou a título de
339 contribuição, vamos pegar aqui da intimação. O primeiro ato do processo é a audiência de
340 conciliação, nós aqui vamos nos manifestar se nós queremos essa audiência ou não. O ato
341 do processo é esse, o Juiz está querendo saber se nós vamos seguir com resposta, nós
342 aceitamos sobre o interesse de manifestar já inclusive com a audiência prévia de
343 conciliação. Agora o pedido de... Atrapalharam o processo por aí, entendeu? Aceita a
344 audiência de conciliação ou não, ele vai manifestar essa manifestação se vontade do
345 Conselho para a Procuradoria do Município, poderia por consideração... Eu estou pensando
346 em tudo o que vocês falaram, primeiro passa esse processo antes que seja concedida liminar
347 ou coisa assim, tem uma audiência de conciliação: “*Não, não queremos.*” Fundamentar:
348 “*Não queremos por tal coisa, tal coisa.*” Mas eu creio que um... Temos que nos manifestar,
349 deixando essa manifestação clara dentro do Conselho, como colegiado, como turma, se nós
350 aceitamos essa audiência de conciliação, qual é a proposta dessa conciliação? **Sr. André**
351 **Cruz (Assessoria Jurídica da Secretaria Municipal de Relações Institucionais)** – Bom,
352 no meu ponto de vista, e aí eu já me manifestando pelo colega Tim, que é quem tem a
353 palavra final, cabe à Prefeitura de Porto Alegre, que é quem está no voto passivo, dizer
354 assim: “*Quero ou quero audiência.*” Por isso que nós nem importarmos, nem trouxemos se
355 a maioria quer, abrimos votação para ir ou não. Como a legitimidade é do Município cabe
356 ao Procurador dizer se quer ou não. O que eu fiz questão é que como o voto passivo é de
357 ente público não... O Juiz não vai obrigar que se faça um acordo naquele momento, em
358 qualquer eventual acordo, eu não sei nem se existe a possibilidade de ter, mas em qualquer
359 eventual possibilidade de acordo é dado um prazo, não vai ser homologado na hora acordo
360 algum. Este eventual acordo será trazido pelo Procurador ao Secretário da SMRI, que se
361 alguma forma vai dialogar com o Conselho, aí sim nós vamos entrar num acordo. Então
362 não acredito que precisa entrar em pauta, mas na eventualidade o acordo será trazido. **Sr.**
363 **Wilson Abascal Pastorini (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SMDS)**
364 – Perfeito. **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – Seu Ruy, Lar da
365 Amizade. **Sr. Ruy Pedro Baratz (Lar da Amizade)** – Bom, Ruy do Lar da Amizade. Eu
366 gostaria, eram dois assuntos que eu queria falar, um é esse que o Pastorini adiantou, eu só
367 então quero que... Só quero fazer um adendo aqui, a inclinação que foi feita por meio

368 eletrônico no dia 30 de agosto, ele dá um prazo ao Município de dez dias, hoje é dia 19. Eu
369 não sei a partir de quando que começa a correr esse prazo, mas se foi visto imediatamente
370 esse prazo apertado, e correu. Eu acho que esse é um aspecto prático que nós temos que ver
371 em primeiro lugar, o que acontece num processo desse se nós perdermos o prazo, que eu
372 acho que é uma coisa bastante grave. E de mais o que eu ia falar é exatamente o que o
373 Pastorini falou. O segundo ponto que eu queria colocar é o seguinte, se nós vamos entrar no
374 mérito, que por enquanto nós não estamos entrando em mérito, mas já que foi falado aqui,
375 eu quero lembrar que a gente não pode ocorrer em erro de avaliação. Por exemplo, o fato
376 que aconteceu foi em desrespeito ao Plenário, não foi aprovado não a ida a Santiago, foi
377 decidido pelo Plenário de que nós tomamos conhecimento do convite feito e que em função
378 da decorrência do prazo que não daria tempo, que fosse oficiado ou informado, de que nós
379 agradecíamos o convite, mas que não poderíamos estar presente, esta foi a decisão tomada.
380 Então tudo que se falar... E isso está na ata, tudo que se falar ao contrário disso, por favor.
381 Então não vamos começar a criar discussão aqui em cima de coisas que não existe, então
382 acho que nós temos de nos munir. Agora me preocupa muito essa questão de prazo, se o
383 prazo era dez dias a Procuradoria respondeu? **Sr. André Cruz (Assessoria Jurídica da**
384 **Secretaria Municipal de Relações Institucionais)** – Assim, eu fui solicitado numa
385 manifestação de parecer para quinta-feira, na sexta-feira eu ia vim com o colega Tim. Nós
386 vimos o prazo, eu confesso que eu olhei aqui agora, mas nós tínhamos prazo, até porque o
387 prazo ele começa a fluir da citação. **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre**
388 **Cacique)** – Dia primeiro de setembro. **Sr. André Cruz (Assessoria Jurídica da**
389 **Secretaria Municipal de Relações Institucionais)** – Então correndo prazo do momento
390 em que nós fomos citados tinha ainda manifestação da qual ele iria se manifestar pela
391 audiência de conciliação, como eu trouxe desde o princípio aqui para vocês. Então não me
392 preocupa o prazo, porque de fato nós verificamos e havia possibilidade, que eu acredito que
393 até já tenha peticionado porque é petição eletrônica. Agora com relação a outra abordagem
394 que vai ao ponto que, eu também já trouxe aqui umas oportunidades, que é que nós temos
395 que nos apegar ao ponto principal, que é o que está sendo discutido, todo o resto, que a
396 gente chama às vezes de perfumaria, não pode entrar, até porque é contra o... Uma
397 polemica, a pessoa se sentiu agredida ou não, isso tudo o Juiz não vê agora. Trazendo
398 exemplo bem prático que nós vemos no dia-a-dia, é na separação judicial hoje em dia, no
399 divórcio, os cônjuges, os casados querem discutir de quem é a culpa, não interessa mais.
400 Naquele momento para aquilo ali o que está sendo discutido é guarda das crianças, a
401 pensão, como é que vai ficar o nome da esposa, agora quem teve culpa ali não se discute.
402 Mas eu vim até aqui, eu não tenho a pretensão de... Olá, muito boa tarde. Eu não tenho
403 pretensão de escutar todas as dúvidas de vocês, até porque é um processo judicial, tem
404 várias nuances, tem vários caminhos a seguir, uma petição, uma liminar, um deferimento,
405 tudo isso pode mudar a qualquer tempo, e eu vou permanecer a disposição. O Luiz, o
406 Simões, eles têm uma convivência maior com vocês, é a ponte que vocês têm, eu estou à
407 disposição para quem precisar. Eu chego num tempo que eu tenho que atender o CMDCA,
408 nós temos a publicação do edital que eu tenho que devolver hoje para a Procuradoria, mas
409 eu permaneço a disposição de vocês, se quiserem convocar novamente eu estou à
410 disposição. E peço a permissão da Presidência para me retirar. **Sra. Elisiane Silva de**
411 **Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – André, agora chegou o seu Deoclécio, que é o
412 atual representante do SINDNAPI. Seu Deoclécio nós estávamos falando sobre a ação do
413 Sr. Lélvio Luzardi Falcão, que entrou pelo Conselho. Mas tu sabe André, eu como neófito no
414 assunto, trabalho desde 2003 com idoso, mas tudo bem, eu fico triste porque aqui não se

415 toca no nome do idoso de Porto Alegre, aqui é só pessoal, esta é a minha tristeza, entendeu?
416 Que o idoso realmente, como a gente está solicitando pela rede, está ficando para traz, só
417 pessoal. Mas boa sorte, defenda bem lá, nos mantenha informado, se possível for, nos
418 informe o dia que nós vamos lá participar. **Sr. André Cruz (Assessoria Jurídica da**
419 **Secretaria Municipal de Relações Institucionais)** – Perfeito, qualquer desdobramento a
420 gente passa tudo isso, comunica com vocês. E a minha sala está aberta, quem quiser... **Sra.**
421 **Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – Tu ficas na Uruguai? **Sr. André**
422 **Cruz (Assessoria Jurídica da Secretaria Municipal de Relações Institucionais)** – Na
423 Uruguai 155, 11º andar. **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – Lá
424 perto da UPEO? Está bom então, seu Deoclécio o senhor tem um... **Sr. Deoclécio Silva**
425 **Souza (SINDNAPI)** – Eu fiquei sabendo hoje através da senhora desse procedimento do
426 Lélcio, mas já uma pessoa do próprio sindicato teria falado que ele entraria contra... **Sra.**
427 **Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – Outra? **Sr. Deoclécio Silva**
428 **Souza (SINDNAPI)** – Contra a Prefeitura e que possivelmente o Vereador teria dito para
429 ele não fazer isso. Agora análise com a nossa direção lá, o que eu gostaria de saber é o que
430 ele estaria pedindo, está pedindo retorno à Presidência... **Sra. Elisiane Silva de**
431 **Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – Quer, é ele quer retornar. **Sra. Eleonora Kehles**
432 **Spinato (Associação de Moradores do Jardim Ipiranga - ASMOJI)** – E indenizações.
433 **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – Ele quer retorno e quer
434 indenização, prejuízos ao Fórum Cidade Mais 15... Mais 20, desculpa. **Sra. Eleonora**
435 **Kehles Spinato (Associação de Moradores do Jardim Ipiranga - ASMOJI)** – Eu acho
436 que a gente vai ler esse daqui. **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique)**
437 – Nós vamos ler agora. **Sr. Deoclécio Silva Souza (SINDNAPI)** – Consigo cópia disso?
438 **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – Consegue. Muito bem,
439 gostei do André. Então vamos dar seguimento? O que os senhores decidem, vamos fazer a
440 leitura ou vamos dar seguimento? **Sr. Wilson Abascal Pastorini (Secretaria Municipal**
441 **de Desenvolvidimentos Social - SMDS)** – Acho que é desnecessário a leitura, vai para todos.
442 **Sra. Eleonora Kehles Spinato (Associação de Moradores do Jardim Ipiranga -**
443 **ASMOJI)** – Mas eu acho Pastorini, eu acho... **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo**
444 **Padre Cacique)** – Espera aí, então nós temos duas propostas, vamos votar. **Sr. Wilson**
445 **Abascal Pastorini (Secretaria Municipal de Desenvolvidimentos Social - SMDS)** – Isso.
446 **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – Quem é favorável a leitura
447 do ato, da ação declaratória? Quem é favorável a leitura? Quatro, quem não é favorável a
448 leitura? **Sr. Ruy Pedro Baratz (Lar da Amizade)** – Vai mandar por e-mail eletrônico, não
449 é? **Sra. Eleonora Kehles Spinato (Associação de Moradores do Jardim Ipiranga -**
450 **ASMOJI)** – Não, mas não é esse o problema. **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo**
451 **Padre Cacique)** – Então não vai ser feito a leitura, eu só quero ler uma parte. **Sr. Wilson**
452 **Abascal Pastorini (Secretaria Municipal de Desenvolvidimentos Social - SMDS)** –
453 Encaminha por e-mail. **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** –
454 Preciso só ler uma parte ali do golpe. Então os senhores não querem saber da leitura, que
455 pena, poderíamos discutir, ia ser bem rica a nossa discussão, mas... **Sra. Eleonora Kehles**
456 **Spinato (Associação de Moradores do Jardim Ipiranga - ASMOJI)** – Pois é. **Sr.**
457 **Wilson Abascal Pastorini (Secretaria Municipal de Desenvolvidimentos Social - SMDS)**
458 – Nós queremos uma cópia. **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** –
459 Sim, mas daí em que outro momento nós vamos discutir sobre esse assunto, se não aqui?
460 Bom, tarefa vencida, vamos trocar a pauta já? Eleonora, ASMOJI. **Sra. Eleonora Kehles**
461 **Spinato (Associação de Moradores do Jardim Ipiranga - ASMOJI)** – Não, é sobre isso,

462 porque que eu estava defendendo a leitura. Porque independente do foco da ação contra a
463 Prefeitura, que está claro aqui, tem várias citações do Lélío aqui atinge diretamente o
464 COMUI e eu acho as considerações extremamente sérias que ele coloca aqui. E eu acho que
465 por isso... Como, por exemplo, ele cita que ele... Que o golpe veio, que foi destituído após
466 ele ter reclamado sobre o Fundo, sobre os recursos, mas ele coloca o seguinte: “*O que é*
467 *feito na capitalização do Fundo do Idoso, a resposta a essas perguntas foi a destituição do*
468 *autor da Presidência do COMUI, gerada por pessoas da Administração Pública em*
469 *parceria com os mesmos que dominam a anos o COMUI, o aparelho e vivem suas benesses*
470 *e migalhas.*” Nós todos somos COMUI aqui, e eu acho esse tipo de posição aqui
471 extremamente séria, que eu acho que depois de tudo isso nós temos que saber a quem ele
472 está se referindo, a quem ele está se referindo. **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo**
473 **Padre Cacique)** – Pastorini do SMDS. **Sr. Wilson Abascal Pastorini (Secretaria**
474 **Municipal de Desenvolvimentos Social - SMDS)** – Pastorini, SMDS. Por esta razão que
475 eu estou pedindo que seja enviada a cópia para todos nós, porque a gente pode fazer a
476 leitura, e a leitura de algumas coisas dessa petição eu vou procurar no meu direito, meu...
477 Eu Pastorini... **Sra. Eleonora Kehles Spinato (Associação de Moradores do Jardim**
478 **Ipiranga - ASMOJI)** – Ou todo COMUI, não sabemos quem é. **Sr. Wilson Abascal**
479 **Pastorini (Secretaria Municipal de Desenvolvimentos Social - SMDS)** – O COMUI, ele
480 não tem a... Desculpa Eleonora. **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre**
481 **Cacique)** – Não, tem que ser pessoal. **Sr. Wilson Abascal Pastorini (Secretaria**
482 **Municipal de Desenvolvimentos Social - SMDS)** – Personalidade jurídica para
483 participar... Então eu entendo que se cada um que se sentiu agredido, ofendido, faça a sua
484 parte individual contra... **Sra. Eleonora Kehles Spinato (Associação de Moradores do**
485 **Jardim Ipiranga - ASMOJI)** – Ou coletiva. **Sr. Wilson Abascal Pastorini (Secretaria**
486 **Municipal de Desenvolvimentos Social - SMDS)** – Pode ser. **Sra. Elisiane Silva de**
487 **Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – Ok, Simões, SMRI. **Sr. Carlos Fernando Simões**
488 **Filho (Relações Institucionais e Articulação Política - SMRI)** – A minha sugestão tem
489 sido o procedimento usual do nosso regimento, pelo regimento que garantiu todo o
490 processo de trabalho do COMUI na sua existência, que tem colaborado também nesse fluxo
491 depois da criação do Fundo do Idoso. E eu acho que a gente tem que tomar distanciamento
492 desse movimento aí que vem, Prefeitura e COMUI, e seguir o regimento, que na minha
493 opinião esse assunto aí, essa ação, eu acho que assim, numerada, e ela tem que ser
494 apreciada pela Câmara de Projeto, Comunicação, Assessoramento, a de Registro, todos nós
495 Conselheiros que estamos nessas Câmaras divididos, a gente tem que pegar isso como se
496 fosse um pedido de registro, um pedido de alguma coisa, ler naquele pequeno grupo, fazer
497 as suas considerações, tirar ali a ideia sobre o que apareceu, o que for avaliado como sendo
498 do lado da sua instituição, seja Prefeitura ou seja Sociedade Civil, ou mesmo para o lado
499 pessoal, como aconteceu com dois nomes citados aqui no roteiro, que se faça as devidas
500 providências. Mas eu acho que a gente não deveria fugir, desse... Na nossa lei, no nosso
501 regimento, seguir esse mesmo padrão, porque assim, documentos que circulam pela
502 internet, cara, isso vira uma salada, vira uma coisa que não sabe aonde é que vai parar e o
503 que pode acontecer. Eu sugeriria que fosse como todos os documentos que entram aqui nas
504 Câmaras, na Executiva, voltasse para Pleno e aí o apontamento de COMUI, de Conselheiro
505 ou de pessoa física, cada um faça as suas análises, conjecturas, aquilo que for pessoa física
506 só avisa: “*Me senti lesado.*” Faça o que tem que fazer fora daqui, pessoa Conselheira da
507 instituição tal: “*Me senti lesado por causa disso aqui ou me senti interessado, sou de uma*
508 *entidade que está... Quero saber que história é essa aí.*” Entendeu? E a gente fazer essa

509 evolução toda, porque assim, é um documento longo e é um documento que gera
510 interpretações equivocadas. E acho que isso aí pode deturpar e desencaminhar esse
511 procedimento que o André Cruz fez hoje muito bem. O Sr. Deoclécio, que chegou agora a
512 tarde aqui, perguntei para ele assim: “*Como é que a tua instituição se sente sobre isso?*”
513 Ele manteve justamente tudo aquilo que ele tem trazido desde que ele entrou aqui de
514 Conselheiro, a entidade continua pensando que está muito bem representada pelo Deoclécio
515 e o seu suplente. Então a gente tem que investir, na minha opinião, são em relações
516 tranquilas, qualificadas, idôneas, seguir a nossa lei, seguir o nosso regimento e seguir o
517 nosso processo, ponto. O que não foi seguido está no documento, vai ser respondido e
518 encerrou. Se a gente começar a pensar outras coisas, na minha opinião, a gente corre o risco
519 assim, de tornar isso uma novela desagradável. **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo**
520 **Padre Cacique)** – É, e nós já estávamos esperando isso, até achei que demorou muito
521 tempo, só eu... Seu Ruy, antes do senhor falar, já comunico aos senhores que eu entrarei
522 contra esta pessoa em processo, porque ele cita aqui que eu não sei nem assinar, e prova
523 que é uma pessoa que está iniciando, que tem... Se vocês pegarem o meu currículo vocês
524 vão ver que eu trabalho desde 2003, posso ser neófito na expertise de algumas coisas, nem
525 quero ser neófito, quero ser analfabeta para expertise de alguma coisa. **Sr. Carlos**
526 **Fernando Simões Filho (Relações Institucionais e Articulação Política - SMRI)** –
527 Presidente complementando assim, do que foi citado para mim assim, quem ler depois na
528 semana assim, quase cômico, tem uma frase que diz, o funcionário impediu os colegas
529 governamentais de estarem aqui dia 30 de maio. **Sra. Eleonora Kehles Spinato**
530 **(Associação de Moradores do Jardim Ipiranga - ASMOJI)** – Que votaria. **Sra. Elisiane**
531 **Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – E a ata deixa bem claro que o Pastorini
532 estava de férias, o Roberto estava levando a filha que ia morar em outro local, ele diz que
533 só tinha uma pessoa do Governo, mentiu, que tinha duas. **Sr. Carlos Fernando Simões**
534 **Filho (Relações Institucionais e Articulação Política - SMRI)** – E eu acho que isso aí é
535 argumento para a defesa, ter poder público no dia, porque... **Sra. Elisiane Silva de**
536 **Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – Mas seguimos, vamos focar no idoso de Porto
537 Alegre, seu Ruy, a última palavra é sua, encerramos esse assunto, colocamos uma pedra.
538 **Sr. Ruy Pedro Baratz (Lar da Amizade)** – Então posso falar agora, a última palavra é
539 minha. **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – Não, seja breve. **Sr.**
540 **Ruy Pedro Baratz (Lar da Amizade)** – Das 14 as 16, eu vou falar até as 16. **Sra. Elisiane**
541 **Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – Pode, pode falar até as 16. **Sr. Ruy Pedro**
542 **Baratz (Lar da Amizade)** – Olha, o que eu queria dizer é o seguinte, vocês devem ter
543 notado que eu fiz uma pergunta para o André, quem era o autor? Uma pessoa física, vieram
544 citar o Município de Porto Alegre. Então eu vou ser muito prático nas coisas, ninguém
545 móvel nenhuma ação contra o COMUI, existe uma ação de uma pessoa contra o Município
546 do Porto Alegre, e assim que deve ser tratado, por causa de um ato praticado pelo COMUI,
547 e é isso que tem que ser colocado. Agora digamos assim, quando eu fiz a pergunta do prazo
548 ele falou que estava dentro do prazo e que provavelmente o Procurador ia responder
549 favoravelmente a questão da conciliação. Bom, isto para mim é o mais importante, antes
550 disso para mim mais importante ainda é atender o Sindnapi, para aqui no COMUI interessa
551 quem é representante do sindicato, nós não temos um para disseminar e se houver... Bom,
552 já está atendido ali, se houver por parte deles o interesse que continue o cidadão aqui está
553 maior... Aí pode mover 200 ações, não interessa, nós não temos que estar discutindo isso,
554 quanto menos nós falarmos nesse assunto melhor. Agora nós temos que estar atentos as
555 ações que forem praticadas pelo nosso Procurador lá junto a essa ação. Porque dependendo

556 daquilo que eles falarem lá, é aquela coisa, vamos nós resolver. Então não adianta nós
557 estamos discutindo aqui o que nós vamos fazer, que tem Presidente, e o papel seu é que tem
558 que ter uma estreita relação nesse... Cuidar de prazo, cuidar de argumentação, munir a
559 Procuradoria diante do Município diante dos documentos necessários para comprovar o que
560 realmente aconteceu. Porque senão é aquilo que o Simões falou, o perigo que nós corremos,
561 de repente você começa a mexer demais na coisa e você começa a... **Sra. Elisiane Silva de**
562 **Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – Bom, como o Conselho seu Ruy é um Conselho de
563 entidades, nós tivemos todo um cuidado com a entidade, a entidade não saiu prejudicada,
564 chamamos o Presidente, colocamos ele a par, a entidade permaneceu entre nós. **Sr. Ruy**
565 **Pedro Baratz (Lar da Amizade)** – Não se preocupe com isso, que a ação é contra o
566 Município de Porto Alegre, as entidades estão resguardadas, não tem que se preocupar com
567 isso, não vamos nos preocupar com um fantasma que nós mesmo estamos criando, o que
568 nós temos que nos ater é aos termos daquilo que foi solicitado, e aquilo que foi solicitado
569 foi para o Município. Então nós temos que cuidar como é que o Município vai cuidar disso
570 aí, esse é o cuidado que nós temos que ter. **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo**
571 **Padre Cacique)** – Sim, concordo. **Sr. Ruy Pedro Baratz (Lar da Amizade)** – Essa é a
572 parte que nos toca e temos que estar bem atento e a senhora... **Sra. Elisiane Silva de**
573 **Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – Até mesmo que o Conselho Municipal do Idoso de
574 Porto Alegre, ele administrativamente tem, ele tem um vínculo, ele não é subordinado à
575 Secretaria nenhuma. **Sr. Ruy Pedro Baratz (Lar da Amizade)** – Subordinado ao Prefeito.
576 **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – Não, mas nenhuma
577 Secretaria, não é subordinada, na lei está que ele é ligado administrativamente. **Sr. Ruy**
578 **Pedro Baratz (Lar da Amizade)** – Não, Presidente nós não precisamos discutir, a
579 subordinação é ao Prefeito ou a quem o Prefeito delegar, se o Prefeito fizer um instrumento
580 de ligação subordinando a uma Secretaria ele será subordinado a uma Secretaria
581 administrativamente. **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – Mas
582 na lei não está assim seu Ruy. **Sr. Ruy Pedro Baratz (Lar da Amizade)** – Não, mas isso é
583 gestão, isso não é questão de lei. Então isto é viável, isto é normal acontecer, dentro de uma
584 estrutura imensa como é a Prefeitura de Porto Alegre as coisas acontecem dessa forma,
585 delegação, e isso tem valor. Mas o cuidado que nós temos que ter e realmente é com uma
586 ação e que esta ação seja direcionada de acordo com a nossa decisão, e a nossa decisão foi
587 direcionada a partir de um desrespeito de quem estava instituindo e que não obedeceu
588 aquilo que o Pleno determinou. Porque o Pleno não opinou, o Pleno determinou. **Sra.**
589 **Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – Isso que nem tocamos na ação
590 da Cultura, nas verbas. **Sr. Ruy Pedro Baratz (Lar da Amizade)** – E é melhor não tocar,
591 porque se não é aquilo, vai se alastrar, se desvia do que é e aí pode dar arma para o inimigo,
592 está bom Presidente? Nem precisei ir até as 16 horas. **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque**
593 **(Asilo Padre Cacique)** – Que bom seu Ruy, então vamos passar a próxima, vamos voltar
594 para a nossa resolução. **Sr. Roberto Rodrigues Fuentes (Secretaria Municipal da Saúde**
595 **– SMS)** – Só registrando, o Município já se manifestou no prazo. **Sra. Elisiane Silva de**
596 **Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – Está aí, já... Deixa eu ver. Obrigada. **Sr. Roberto**
597 **Rodrigues Fuentes (Secretaria Municipal da Saúde – SMS)** – Não tem o teor, mas
598 registrou a petição e essa questão do prazo eu tive uma pequena dúvida sobre contagem de
599 prazo no processo eletrônico, mas em princípio está no prazo. **Sra. Elisiane Silva de**
600 **Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – Seu Deoclécio, por favor. **Sr. Deoclécio Silva**
601 **Souza (SINDNAPI)** – Até porque passados os fatos, o que eu já falei com a Presidente, e já
602 falei com algumas pessoas aqui, sobre Lélcio não syndicar. E quando eu te liguei a primeira

603 vez eu até pedi que me desse a documentação, porque há interesse nosso, da direção, do
604 nosso... O Sr. Carlos conhece, de nos ver livre dele também dentro do sindicato. **Sra.**
605 **Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – Opa. **Sr. Deoclécio Silva Souza**
606 **(SINDNAPI)** – Isso aí eu estou passando para vocês porque ele... Estou dizendo que para
607 nós o que interessa é o sindicato. Então dentro desse processo aí a gente vai... Vou trazer
608 aquele documento que a senhora pediu, vai ser feito, viu? E todo documento que precisar a
609 gente vai trazer para cá para fazer com que ele seja penalizado aqui e essa penalização aqui
610 possa levar para São Paulo pedindo a penalização dele dentro do nosso sindicato, essa
611 penalização é a retirada dele do sindicato. **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo**
612 **Padre Cacique)** – E nós também vamos agora entrar via Ministério Público de repente, até
613 que não tínhamos entrado anteriormente, já podemos iniciar. Muito bem seu Deoclécio,
614 obrigada então. Só antes Luiz de nós iniciarmos o Pastorini pediu para falar sobre o Mês do
615 Idoso. **Sr. Wilson Abascal Pastorini (Secretaria Municipal de Desenvoltimentos Social**
616 **- SMDS)** – Rapidamente, Pastorini de Desenvolvimento Social. O colega, ele está
617 trabalhando muito, com muito afinco. Então a gente está praticamente com tudo concluído.
618 Eu queria pedir para ele ver a logomarca do Conselho na cidade, a cartilha está com ele,
619 estamos... **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – O fundo também
620 colocar. **Sr. Wilson Abascal Pastorini (Secretaria Municipal de Desenvoltimentos**
621 **Social - SMDS)** – Sim, essas duas. Então incluindo essas duas datas da cidade, setor de
622 comunicação do Município está fazendo a... Eles vão visitar, elegeram uma entidade agora,
623 Santa Cruz, para fazer uma tomada fotográfica dos idosos, vai colocar à disposição... Então
624 está bem estruturado, tem tido festas agendas, então vai ser um Mês do Idoso muito bom,
625 com pouco recurso, quase nada, vai ser uma oportunidade de muito trabalho. **Sra. Elisiane**
626 **Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – Está ok, obrigada. Hoje nós não vamos
627 falar das câmaras, não se vocês viram ali, mas a pauta era a análise dessa documentação.
628 Então vamos dar seguimento, passar a próxima pauta, que seria a resolução, resolução...
629 Qual é o número Luiz? **Sr. Luiz Vasconcelos Salatino (Gerência do COMUI/CMDCA)**
630 – 060. **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – 060 do COMUI, do
631 registros. Tu vai fazer a leitura Luiz ou quer que nós fazemos? Nós paramos no Artigo...
632 **Sr. Luiz Vasconcelos Salatino (Gerência do COMUI/CMDCA)** – No Artigo 7º, mas só
633 para... Tem uma questão aqui: “*As entidades governamentais...*” Estava escrito assim: “*As*
634 *entidades governamentais teria interesse em homologar poderiam captar recursos para os*
635 *seus programas e serviços homologados...*” Novamente, eu creio... **Sra. Elisiane Silva de**
636 **Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – Muita homologação, o Roberto que gosta disso. As
637 entidades governamentais atendem... Cada vez mais cega. **Sra. Eleonora Kehles Spinato**
638 **(Associação de Moradores do Jardim Ipiranga - ASMOJI)** – Eu acho que tem que tirar,
639 suprimir toda a frase. (Intervenções simultâneas) **Sr. Wilson Abascal Pastorini**
640 **(Secretaria Municipal de Desenvoltimentos Social - SMDS)** – A Eleonora tem razão
641 quando ela pede para suprimir a última parte, essa resolução, ela trata somente do registro
642 conforme o Artigo 48 do Estatuto do idoso. **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo**
643 **Padre Cacique)** – Está certo, tem que suprimir. **Sr. Wilson Abascal Pastorini (Secretaria**
644 **Municipal de Desenvoltimentos Social - SMDS)** – Então tem que suprimir... Uma outra
645 resolução e aí sim, o Conselho vai determinar a resolução de apresentação de projetos e
646 captação de recursos, que é outra resolução posterior a isso, capitando recurso, tipo
647 orçamento plano de homologação aqui, plano de trabalho, aí se aplica uma determinada,
648 registro não se aplicam, remoção de projetos não se aplica. Na fase se contratação, que é a
649 fase de apresentação do plano de trabalho aplicasse. Está perfeito o que a Eleonora colocou,

650 suprimir total. **Sra. Eleonora Kehles Spinato (Associação de Moradores do Jardim**
651 **Ipiranga - ASMOJI)** – Desde que seja feita a resolução determinando isso. **Sr. Wilson**
652 **Abascal Pastorini (Secretaria Municipal de Desenvolvimentos Social - SMDS)** – Tem
653 que fazer, tem que ser feito. **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** –
654 Sim, mas isso vai ficar com a Comissão de Projeto, Câmara de Projetos. **Sr. Wilson**
655 **Abascal Pastorini (Secretaria Municipal de Desenvolvimentos Social - SMDS)** –
656 Câmara de Projetos. **Sr. Luiz Vasconcelos Salatino (Gerência do COMUI/CMDCA)** –
657 Então isso aqui tem que sair fora. **Sra. Eleonora Kehles Spinato (Associação de**
658 **Moradores do Jardim Ipiranga - ASMOJI)** – Sai fora. **Sr. Wilson Abascal Pastorini**
659 **(Secretaria Municipal de Desenvolvimentos Social - SMDS)** – E acho que nada impede
660 que o Conselho estabeleça parceria com a Câmara de Projetos, fazer junto. **Sra. Elisiane**
661 **Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – Ok, pode deletar Luiz, agora vamos para
662 a sessão três, os prazos? **Sr. Luiz Vasconcelos Salatino (Gerência do COMUI/CMDCA)**
663 – Eu coloquei tudo em vermelho destacando o que nós tínhamos parado. **Sra. Elisiane**
664 **Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – Está bom. **Sr. Luiz Vasconcelos Salatino**
665 **(Gerência do COMUI/CMDCA)** – Aí então vamos trabalhar agora dos prazos. **Sr.**
666 **Roberto Rodrigues Fuentes (Secretaria Municipal da Saúde – SMS)** – Eu tenho uma
667 sugestão, Roberto da... **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – Mas
668 ele nem iniciou ainda a leitura. **Sr. Roberto Rodrigues Fuentes (Secretaria Municipal da**
669 **Saúde – SMS)** – Exatamente por isso, porque aí das inscrição das entidades
670 governamentais e dos prazos logo após diretamente das privadas, não pode colocar das
671 entidades governamentais, das entidades privadas os prazos após ou os prazos que a
672 Câmara propõe diferenciados, que aí sim justifica a... Se os prazos são iguais, coloca um,
673 coloca outros prazos ao final. **Sra. Lúcia Helena Bastos Maschke (Associação**
674 **Ferrovários Sul Riograndense)** – Era isso que eu ia me manifestar, sessão três seria das
675 entidades privadas, depois passa para os prazos. **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque**
676 **(Asilo Padre Cacique)** – Sim, sim, depois vai para os prazos, muito bem. Pode fazer a
677 troca Luiz para nós. **Sr. Luiz Vasconcelos Salatino (Gerência do COMUI/CMDCA)** –
678 Aonde? **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – A seção quatro
679 passa para a sessão três e a sessão três passa para a sessão quatro. **Sr. Wilson Abascal**
680 **Pastorini (Secretaria Municipal de Desenvolvimentos Social - SMDS)** – A seção inteira,
681 a três passa a ser quatro e a quatro passa a ser três. **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque**
682 **(Asilo Padre Cacique)** – Seleciona tudo isso daqui até o final. **Sr. Luiz Vasconcelos**
683 **Salatino (Gerência do COMUI/CMDCA)** – Certo. **Sra. Lúcia Helena Bastos Maschke**
684 **(Associação Ferrovários Sul Riograndense)** – Mudar os números dos Artigos também,
685 não é? **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – Bom enquanto o
686 Luiz arruma lá nós temos aqui uma divulgação, vou dar as informações, está bom Luiz?
687 Quando estiver ok tu fala. Vamos ter a Oitava Musicalidade, evento musical em
688 comemoração ao Dia Nacional do Idoso, vai ser no dia 30 setembro de 2017, sábado, local,
689 Teatro do Prédio 40 da PUCRS, avenida Ipiranga 6681, atrás do Museu da Ciência, o
690 horário, das 14 e 30 as 17 horas. Vou estar passando aos senhores aqui, peço que cada um
691 pegue um repasse para o colega ao lado, por favor. **Sr. Ângelo Bos (Instituto de Geriatria**
692 **e Gerontologia - PUCRS)** – Então é um evento anual que a gente quer fazer há algum
693 tempo e não conseguia fazer, mas o pessoal pode levar mais mosquitinhos e mais material
694 para divulgar nas suas entidades. **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre**
695 **Cacique)** – Sim, tem bastante aqui, quem quiser material para divulgação. **Sr. Ângelo Bos**
696 **(Instituto de Geriatria e Gerontologia - PUCRS)** – E se faltar a gente traz também

697 semana que vem um pouco mais. **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre**
698 **Cacique)** – Está bom, tem cartazes aí, podem pegar, deu? Só a última. Luiz, última, está
699 bom? então aqui, terça-feira passada o Conselho foi chamado para ir numa reunião no
700 Poder Judiciário, no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, para falar da estruturação da
701 rede do idoso, não existe hoje em dia assistência social, está defasada. O Marcelo foi nos
702 substituindo porque nós tínhamos Plenária, lá ele colocou todas as nossas dificuldades,
703 outros órgãos que lá estavam presentes também colocaram as suas dificuldades. Então nós
704 vamos ter no dia dois de outubro o workshop de estruturação de rede de defesa e proteção
705 da pessoa idosa, então outro, iniciou-se com a OAB, agora o Poder Judiciário também se
706 manifestando em favor do idoso de Porto Alegre, de todos, não é só de Porto Alegre. Então
707 nós temos que estar presentes, temos que levar os idosos da nossa comunidade, os nossos
708 idosos da nossa instituição, porque eles são protagonistas, eles vão poder falar qual é a
709 dificuldade que estão tendo. Aqui não tenho por e-mail, tenho impresso. **Sr. José Paulo**
710 **Giacomoni (Secretaria Municipal dos Esportes – SME)** – A administração podia passar
711 por e-mail essa... **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – Só se ele
712 escaneasse, não tem... Eles trouxeram aqui, foi entregue impresso aqui, está bom. **Sr.**
713 **Roberto Rodrigues Fuentes (Secretaria Municipal da Saúde – SMS)** – Eu faço isso.
714 **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – Está bom, beleza, obrigado
715 Roberto. Então vai ser, é das duas horas as 18, nós vamos ter um espaço para falar do que o
716 Conselho faz, vamos ter todo um espaço para falar neste dia e os outros órgãos também.
717 Então está aqui, Eleonora da ASMOJI. **Sra. Eleonora Kehles Spinato (Associação de**
718 **Moradores do Jardim Ipiranga - ASMOJI)** – Eu acho que após isso, e sobre o Marcelo
719 ter vindo colocar aqui no Pleno e a gente discutir, ter uma pauta específica sobre isso, sobre
720 essa rede, porque a gente está recebendo, a Elisiane essa semana em um dia só 30
721 denúncias, o que nós... Onde que a gente está encaminhando ou a gente não está
722 encaminhando, eu acho que a gente precisa de uma pauta específica sobre isso chamando o
723 pessoal, e nós temos que dar um jeito de encaminhar tudo isso, a gente tem que conhecer e
724 encaminhar, eu sugiro uma pauta do COMUI específica sobre essas redes aonde... Porque
725 20 denúncias, 30 denúncias... **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique)**
726 – Uma das ideias dessa manifestação aqui é poder entrar contra o Estado, sobre a rede a
727 assistência. **Sra. Eleonora Kehles Spinato (Associação de Moradores do Jardim**
728 **Ipiranga - ASMOJI)** – Sim, mas independente disso aqui, o prático aqui, fez a denúncia, o
729 que eu vou fazer? Onde é que eu vou encaminhar? O que eu tenho que fazer? **Sra. Elisiane**
730 **Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – Exato, ninguém sabe. É o Giacomoni dos
731 Esportes. **Sr. José Paulo Giacomoni (Secretaria Municipal dos Esportes – SME)** – Só
732 reforçando a manifestação da Eleonora que se coloque isso na pauta o mais breve possível
733 em função de... Por exemplo, essa situação nossa, tem sido a última fonte aí de Porto
734 Alegre as pessoas recorrerem buscando defesa, e aqui no COMUI não é o fórum para isso,
735 então é importante que se consiga colocar isso na próxima pauta, se possível alguns
736 minutos para a gente poder ter uma visão sobre isso que está acontecendo. **Sra. Elisiane**
737 **Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – Só também um informe ali, que nós
738 recebemos sim do disk 100 trinta denúncias já encaminhada para os setores, CREAS, os
739 CRAS, a Delegacia do Idoso, o Ministério Público, o Disk 100 encaminha direto, só que
740 eles estão nos cobrando e o Conselho tem que fiscalizar, ver se está sendo feito o... Se a
741 denúncia que eles enviaram está... O Conselho tem que estar ciente e tem que estar
742 verificando, acompanhando aquela denúncia. Então eu falei com a Delegada da Delegacia
743 do Idoso porque muitas foram para a Delegacia do Idoso, então nós vamos marcar uma

744 reunião, porque eles assim como um Conselho também não sabe como proceder em alguns
745 momentos já que a Delegada chega com a sua equipe na residência e o idoso nega o que
746 está acontecendo. Então eles vão deixar nós ciente do ocorrido para posteriormente ser
747 encaminhado, já que o... Oi? Está bom, porque nós também, o Conselho Municipal do
748 Idoso de Porto Alegre tem que dar retorno desde acompanhamento para o Conselho
749 Estadual. **Sra. Maria da Graça Furtado (Fundação de Assistência Social e Cidadania - FASC)** – Faz alguns meses atrás uma... Para o COMUI
750 um documento para o MDS orientando o que compete a política da Assistência Social, o
751 que diferencia as ações do judiciário, então é importante que todos lembrem. **Sra. Elisiane**
752 **Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – Sim, tu tens ele ainda. **Sra. Maria da**
753 **Graça Furtado (Fundação de Assistência Social e Cidadania - FASC)** – Mandei para
754 vocês. **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – Mandou, não é? Não
755 lembro como é o nome. **Sra. Maria da Graça Furtado (Fundação de Assistência Social**
756 **e Cidadania - FASC)** – Para todos. **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre**
757 **Cacique)** – É aquele da... **Sra. Maria da Graça Furtado (Fundação de Assistência**
758 **Social e Cidadania - FASC)** – Do sistema. **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo**
759 **Padre Cacique)** – Que é o das... **Sra. Maria da Graça Furtado (Fundação de**
760 **Assistência Social e Cidadania - FASC)** – Mandei para todo mundo, esqueci o nome
761 agora, era bem importante, é bem esclarecedor. **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque**
762 **(Asilo Padre Cacique)** – Que bom Graça, a gente já até pode iniciar, tu mesmo vem
763 falando da gente iniciar uma rede assim, já várias vezes, então esse documento tu não tem
764 ele assim para nos encaminhar? **Sra. Maria da Graça Furtado (Fundação de Assistência**
765 **Social e Cidadania - FASC)** – Posso encaminhar de novo. **Sra. Elisiane Silva de**
766 **Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – Está bom, que daí nós, já com a proposta da colega
767 Eleonora, a gente já, nas próximas reuniões... **Sra. Maria da Graça Furtado (Fundação**
768 **de Assistência Social e Cidadania - FASC)** – É bem importante. **Sra. Elisiane Silva de**
769 **Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – É da tipologia também, tem alguma coisa assim ou
770 não? **Sra. Maria da Graça Furtado (Fundação de Assistência Social e Cidadania -**
771 **FASC)** – Ham? **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – Não é este
772 que é o da tipologia? **Sra. Maria da Graça Furtado (Fundação de Assistência Social e**
773 **Cidadania - FASC)** – Não, ali fala de todos os serviços, as ações, o que compete a política
774 de assistência, e o que não compete em relação ao Sistema Judiciário, entende? Pensam que
775 é da assistência e não é. A rede da Saúde, a política da Saúde, a política da Assistência
776 Social está sendo judicializado, que é um grande, então a pouco tempo eu e o Conselheiro
777 Roberto estávamos falando sobre isso. Então eu acho que esse documento, ele é
778 equalizador, ele dar uma argumentação muito técnica e cabe aos Conselheiros terem...
779 Terem conhecimento para qualificar o debate. **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo**
780 **Padre Cacique)** – Ok, então a maioria das denúncias ali feitas, essas denúncias todas, a
781 maioria das denúncias é de dinheiro, a maioria, retém o cartão do idoso, retém o dinheiro.
782 Agressão tem muitas aqui de agressão, e é tudo... E isto, esse bolinho aqui é do mês de
783 julho, que foi encaminhado para os órgãos competentes, o CREAS, o Ministério, para a
784 Promotoria de Justiça e para a Delegacia do Idoso, para os três órgãos, e aí eles estão
785 cobrando do Conselho se o Conselho já tem algum parecer desses órgãos para encaminhar,
786 Ângelo Bos. **Sr. Ângelo Bos (Instituto de Geriatria e Gerontologia - PUCRS)** – Ângelo
787 Bos do Instituto de Geriatria e Gerontologia. Eu podia verificar junto a PUCRS, a
788 Faculdade de Serviço Social se não teria algum interesse de estar nos apoiando, nos
789 ajudando, o pessoal da faculdade e de repente para perguntar. Eu sei que tem uma
790

791 Professora particularmente que tem lutado com a gente, e a professora patricia, ela é muito
792 interessada na questão da violência, trabalha muito, tem até um núcleo de estudo sobre isso,
793 eu posso conversar com ela, eu compartilho uma disciplina com ela, então eu sempre faço
794 contato com ele. Eu vou verificar, ver se eu consigo um posicionamento. **Sra. Elisiane**
795 **Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – Está ok Ângelo, obrigada. Então, por
796 favor, Luiz, siga. Resolução, registro. **Sr. Luiz Vasconcelos Salatino (Gerência do**
797 **COMUI/CMDCA)** – Bom, então agora vamos passar para as entidades privadas, então
798 com a palavra os Conselheiros aí que querem trabalhar nesse Artigo, Artigo 7, as entidades
799 privadas com fins lucrativos de forma direta ou indireta que trabalham com o idoso, que o
800 Estatuto do idoso... Então queremos solicitar o registro pelo COMUI. O Artigo 8º
801 colocando a documentação necessária, e aí são todos aqueles documentos ali que são... **Sra.**
802 **Eleonora Kehles Spinato (Associação de Moradores do Jardim Ipiranga - ASMOJI)** –
803 Então ali não tem mesmo. **Sr. Luiz Vasconcelos Salatino (Gerência do**
804 **COMUI/CMDCA)** – Se não tiver a notificação a gente... **Sra. Eleonora Kehles Spinato**
805 **(Associação de Moradores do Jardim Ipiranga - ASMOJI)** – Deverão, seguindo a linha
806 que todas deverão constar descritas no COMUI. **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque**
807 **(Asilo Padre Cacique)** – Acho que nós podemos colocar o Artigo... **Sr. Luiz Vasconcelos**
808 **Salatino (Gerência do COMUI/CMDCA)** – Ao invés de poderão, deverão... **Sra.**
809 **Eleonora Kehles Spinato (Associação de Moradores do Jardim Ipiranga - ASMOJI)** –
810 Sim, que pela lógica do que nós vemos discutindo, que todos têm que estar... Todas terão
811 que estar registradas aqui, as privadas também. **Sra. Lúcia Helena Bastos Maschke**
812 **(Associação Ferroviários Sul Riograndense)** – Deverão. **Sr. Edson Aracy Meneses**
813 **Ferreira (Instituto Nacional da Próstata)** – Coloca deverá, que deverão é muito... **Sra.**
814 **Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – Está bom, é esses, no momento
815 da resolução que não está havendo a identificação, então fala nem que seja o primeiro nome
816 quando for falar, está bom? está bom o primeiro nome ou... Está ok, então vamos pedir para
817 os meninos ali que... É que altera lá, chegaram a um consenso? Edson da INPrós. **Sr.**
818 **Edson Aracy Meneses Ferreira (Instituto Nacional da Próstata)** – Ficou acertado que
819 a... Dá o voto e tem que registrar no livro, então eu vou repetir, Edson da INPrós. Elis eu
820 acho que teria que colocar... Que aí vai no sentido presente e não o futuro, porque no
821 momento que vai apresentar deverá apresentar. **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo**
822 **Padre Cacique)** – Ok, obrigada, Ângelo. **Sr. Ângelo Bos (Instituto de Geriatria e**
823 **Gerontologia - PUCRS)** – Eu acho que aqui nós temos duas grandes diferenças em termos
824 das entidades de atendimento direto e as entidades de atendimento indireto. Os
825 atendimentos diretos eu acho que sim, deverão, agora os atendimentos indiretos não
826 poderão, porque se pensar bem qualquer entidade privada, ela pode ter atendimento
827 indireto, até mesmo as creches, porque recebem e tudo mais, entende? Eu acho que as
828 questões de atendimento direto é uma coisa, e de indireto eu acho que dá para você tratar a
829 diferença desse tópico aí. **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** –
830 Sim, bem colocado, referido a todas as entidades que trabalha com idosos diretamente. **Sr.**
831 **Ângelo Bos (Instituto de Geriatria e Gerontologia - PUCRS)** – Direto e indiretamente,
832 eu acho que ele tem que colocar indiretamente. **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo**
833 **Padre Cacique)** – Alguém mais quer falar? Lucia? **Sra. Lúcia Helena Bastos Maschke**
834 **(Associação Ferroviários Sul Riograndense)** – Eu só quero entender. **Sra. Elisiane Silva**
835 **de Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – Só quer entender? É para alterar que é entidades
836 diretas, não indiretas. **Sra. Eleonora Kehles Spinato (Associação de Moradores do**
837 **Jardim Ipiranga - ASMOJI)** – As diretas não precisam... **Sra. Elisiane Silva de**

838 **Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – As com fins lucrativos. **Sr. Roberto Rodrigues**
839 **Fuentes (Secretaria Municipal da Saúde – SMS)** – As diretas deverão e as indiretas
840 poderão. **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – Exato, é isso aí.
841 **Sr. Ângelo Bos (Instituto de Geriatria e Gerontologia - PUCRS)** – Que de forma direta
842 realizam o trabalho com idosos deverão. Eu acho que tiraria essa parte, as entidades sem
843 fins lucrativos de acordo com Estatuto do Idoso, que realizando atendimento direto ao idoso
844 deverão. **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – Ângelo eu acho
845 que nós deveríamos colocar direto ou indireto, deixa sem, porque que o estatuto não fala
846 direto ou indireto, toda entidade que trabalha com idosos, entidades governamentais e não
847 governamentais. **Sr. Ângelo Bos (Instituto de Geriatria e Gerontologia - PUCRS)** – Não
848 pode exigir se é uma entidade que não trabalha com idoso, como é que eu posso exigir uma
849 entidade que não trabalha diretamente com idoso para o registro? Essa que é a questão. **Sra.**
850 **Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – Vamos ver como é que ficou lá.
851 **Sr. Ângelo Bos (Instituto de Geriatria e Gerontologia - PUCRS)** – Ou deixa sempre
852 deverá. **Sr. Luiz Vasconcelos Salatino (Gerência do COMUI/CMDCA)** – Tirando direto
853 e indireto fica assim: *“As entidades privadas com fins lucrativos que organizam trabalho*
854 *com idosos de acordo com o Estatuto do Idoso deverá solicitar o seu registro.”* **Sra.**
855 **Eleonora Kehles Spinato (Associação de Moradores do Jardim Ipiranga - ASMOJI)** –
856 Deverão. **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – Deverão. **Sr.**
857 **Ângelo Bos (Instituto de Geriatria e Gerontologia - PUCRS)** – As entidades deverão.
858 **Sra. Eleonora Kehles Spinato (Associação de Moradores do Jardim Ipiranga -**
859 **ASMOJI)** – O Bos na outra Plenária, quando a gente estava discutindo os outros registros,
860 foi consenso que todas entidades deverão... Que trabalham com idosos deverão se
861 inscrever. Eu até particularmente discordo, eu acho que se elas quiserem se inscrever sim,
862 mas é um... Foi um consenso, então seguindo a mesma lógica essas aqui também, só em
863 função disso. **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – Ok, então
864 seguindo. **Sr. Luiz Vasconcelos Salatino (Gerência do COMUI/CMDCA)** – Só para
865 esclarecer, deverão aqui é futuro, com relação as entidades, plural. Começas nas entidades
866 privadas, deverão... E os documentos: *“São necessários para o registro, requerimento*
867 *solicitando registro assinado por representante legal, preenchimento de formulário*
868 *fornecido pelo COMUI, ata de constituição registrada em cartório, a ata de eleição dos*
869 *membros da Diretoria registrado em cartório.”* **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque**
870 **(Asilo Padre Cacique)** – É que assim... **Sra. Eleonora Kehles Spinato (Associação de**
871 **Moradores do Jardim Ipiranga - ASMOJI)** – Não é ata, é a empresa... **Sra. Elisiane**
872 **Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – Se ela é privada ela é uma empresa,
873 então... **Sr. Luiz Vasconcelos Salatino (Gerência do COMUI/CMDCA)** – Pois é, deveria
874 falar sobre isso. **Sra. Eleonora Kehles Spinato (Associação de Moradores do Jardim**
875 **Ipiranga - ASMOJI)** – Isso aí foi... Como é que é? Contrato social. **Sra. Elisiane Silva de**
876 **Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – Contrato social da empresa, contrato social da
877 entidade. **Sr. Luiz Vasconcelos Salatino (Gerência do COMUI/CMDCA)** – Então esses
878 dois. **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – Cópia de contrato
879 social registrado em cartório. **Sr. Roberto Rodrigues Fuentes (Secretaria Municipal da**
880 **Saúde – SMS)** – Roberto da Saúde, cópia do contrato social registrado na junta comercial,
881 cópia do registro social ou requerimento de empresa. **Sra. Lúcia Helena Bastos Maschke**
882 **(Associação Ferroviários Sul Riograndense)** – Tem contrato social, mais adiante ali vai
883 aparecer. **Sr. Roberto Rodrigues Fuentes (Secretaria Municipal da Saúde – SMS)** – De
884 firma individual, é firma. **Sra. Eleonora Kehles Spinato (Associação de Moradores do**

885 **Jardim Ipiranga - ASMOJI** – É firma? **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo**
886 **Padre Cacique)** – Requerimento de firma, correto. **Sr. Luiz Vasconcelos Salatino**
887 **(Gerência do COMUI/CMDCA)** – Isso? Depois: “*Cópia do RG e CPF do representante*
888 *legal, portfólio da entidade das atividades realizadas com idosos nos últimos dois anos e*
889 *contrato social.*” **Sra. Eleonora Kehles Spinato (Associação de Moradores do Jardim**
890 **Ipiranga - ASMOJI)** – Aí tira o contrato social. **Sr. Luiz Vasconcelos Salatino (Gerência**
891 **do COMUI/CMDCA)** – Aí não precisa colocar não. **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque**
892 **(Asilo Padre Cacique)** – Posteriormente ele vão ter que enviar contrato, depois. **Sr.**
893 **Roberto Rodrigues Fuentes (Secretaria Municipal da Saúde – SMS)** – Portfólio não
894 tem. **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – Luiz o três saiu. **Sra.**
895 **Lúcia Helena Bastos Maschke (Associação Ferroviários Sul Riograndense)** – Não, fica
896 um, dois, três, quatro e cinco. **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique)**
897 – Não, ali cópia do contrato social saiu, vai voltando. **Sr. Luiz Vasconcelos Salatino**
898 **(Gerência do COMUI/CMDCA)** – Engraçado. **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque**
899 **(Asilo Padre Cacique)** – Pois é, eu até te lembrei Roberto, cópia do contrato social e... **Sr.**
900 **Roberto Rodrigues Fuentes (Secretaria Municipal da Saúde – SMS)** – Ou requerimento
901 individual. **Sr. Luiz Vasconcelos Salatino (Gerência do COMUI/CMDCA)** – Disseste
902 aqui Roberto. **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – Portfólio, aí.
903 **Sr. Luiz Vasconcelos Salatino (Gerência do COMUI/CMDCA)** – Portfólio? Eu confesso
904 que essa palavra... **Sr. Roberto Rodrigues Fuentes (Secretaria Municipal da Saúde –**
905 **SMS)** – Exatamente. **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – É,
906 acho que tem um acento aí. **Sr. Luiz Vasconcelos Salatino (Gerência do**
907 **COMUI/CMDCA)** – Bom, então aí vai entrar duas crases. Artigo 9º: “*A análise da*
908 *interpretação de entrega ao COMUI ocorrerá por ordem de recebimento considerando a*
909 *entrada do protocolo.*” Artigo 10º: “*O prazo de tramitação do processo de registro da*
910 *entidade será em até 60 dias contados a partir da data do recebimento pela Câmara de*
911 *Registro.*” Artigo 11º: “*É de responsabilidade do COMUI manter critérios periódico de*
912 *registro das entidades e sua renovação a cada quatro anos.*” **Sra. Elisiane Silva de**
913 **Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – É de responsabilidade do COMUI manter critérios
914 periódico de registro das entidades e sua renovação. **Sra. Ana Paula Mendes Matos**
915 **(Banco de Alimentos do RS)** – É gente... **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo**
916 **Padre Cacique)** – Recadastramento, recadastramento é anual, recadastramento, ele é anual.
917 **Sra. Eleonora Kehles Spinato (Associação de Moradores do Jardim Ipiranga -**
918 **ASMOJI)** – Não necessariamente anual. **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo**
919 **Padre Cacique)** – Sim, tudo que é recadastramento. **Sra. Lúcia Helena Bastos Maschke**
920 **(Associação Ferroviários Sul Riograndense)** – Eu vi que é de quatro em quatro anos em
921 algum lugar. **Sra. Eleonora Kehles Spinato (Associação de Moradores do Jardim**
922 **Ipiranga - ASMOJI)** – CMDCA também. **Sra. Lúcia Helena Bastos Maschke**
923 **(Associação Ferroviários Sul Riograndense)** – CMDCA, parece. **Sra. Elisiane Silva de**
924 **Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – Fala Luiz. **Sr. Luiz Vasconcelos Salatino**
925 **(Gerência do COMUI/CMDCA)** – Manter critérios avaliativos aqui no CMDCA seria
926 pedir anualmente um plano de trabalho e o relatório de atividades. Isso aqui quer dizer para
927 o CMDCA, aqui poderia também pedir o relatório de atividade. **Sra. Elisiane Silva de**
928 **Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – O que está acontecendo hoje com o Conselho?
929 Não existe uma resolução falando que quando altera Diretoria é necessário que envie para o
930 Conselho a nova ata, não existe isso, não tem nada escrito, não existe. Agora está sendo
931 feito, então deveria de ter um item aí, não sei se nesse ou posterior que a cada troca de

932 Diretoria deveria ser comunicado ou pelo menos anualmente a ata da Diretoria e o relatório,
933 dispensário, até mesmo para ti fornecer o atestado de pleno regular funcionamento. **Sra.**
934 **Lúcia Helena Bastos Maschke (Associação Ferroviários Sul Riograndense)** – Tem aqui
935 olha, lá nos documentos necessários para registro. **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque**
936 **(Asilo Padre Cacique)** – É, mas não é registro, Sr. Ruy. **Sr. Ruy Pedro Baratz (Lar da**
937 **Amizade)** – Eu queria dar uma sugestão, Artigo 11, não existe... Estabelecer que... **Sra.**
938 **Lúcia Helena Bastos Maschke (Associação Ferroviários Sul Riograndense)** – É relativo
939 isso. **Sr. Ruy Pedro Baratz (Lar da Amizade)** – Não, não é relativo, isso é norma
940 legislativa, não existe. Estabelecer critérios avaliativos e periódicos, troca esse. Se eu o
941 COMUI que estabelece não precisa colocar adequados, troca quando achar conveniente,
942 estabelecer critérios avaliativos ou registro das entidades com renovação a cada quatro
943 anos. **Sr. Luiz Vasconcelos Salatino (Gerência do COMUI/CMDCA)** – Como é fica
944 então? **Sr. Ruy Pedro Baratz (Lar da Amizade)** – Estabelecer critérios avaliativos ou
945 registro das entidades com renovação a cada quatro anos. **Sr. Adão Alcides Zanandrea**
946 **(Associação de Cegos Louis Braille - ACELB)** – Ou se tiver alguma mudança de
947 Diretoria. **Sr. Ruy Pedro Baratz (Lar da Amizade)** – Claro, lógico. Tira periódicos e
948 troca por estabelecimentos. **Sr. José Paulo Giacomoni (Secretaria Municipal dos**
949 **Esportes – SME)** – Não teria que deixar claro isso, deixar mais explícito? **Sr. Ruy Pedro**
950 **Baratz (Lar da Amizade)** – Eu quero deixar claro. **Sr. José Paulo Giacomoni (Secretaria**
951 **Municipal dos Esportes – SME)** – Mas no momento em que eles... **Sr. Ruy Pedro Baratz**
952 **(Lar da Amizade)** – Manter critérios, mas quem é que estabelece o critério? **Sr. José**
953 **Paulo Giacomoni (Secretaria Municipal dos Esportes – SME)** – Mas a cada ano pode
954 verificar. **Sr. Ruy Pedro Baratz (Lar da Amizade)** – Mas e daí? **Sr. José Paulo**
955 **Giacomoni (Secretaria Municipal dos Esportes – SME)** – Mas e daí não. **Sr. Ruy Pedro**
956 **Baratz (Lar da Amizade)** – Quem estabelece o critério é o COMUI. **Sr. José Paulo**
957 **Giacomoni (Secretaria Municipal dos Esportes – SME)** – Sim, mas me refiro, não tem
958 que os critérios têm que ser relacionado, fica cada urgência... **Sr. Ruy Pedro Baratz (Lar**
959 **da Amizade)** – Não, quais são os critérios cabe a quem tiver tratando com isso aí. Agora é
960 importante assim... **Sr. José Paulo Giacomoni (Secretaria Municipal dos Esportes –**
961 **SME)** – Os critérios mencionados. **Sr. Ruy Pedro Baratz (Lar da Amizade)** – Cabe ao
962 COMUI estabelecer, porque senão você... O Prefeito devolve para o estabelecimento, e aí
963 você tem que manter. **Sr. José Paulo Giacomoni (Secretaria Municipal dos Esportes –**
964 **SME)** – Eu não estou discordando da sua proposta, estou querendo acrescentar que tem que
965 ficar explícito quais critérios, porque senão cada gestão em cada momento... Eu estou
966 estabelecendo os critérios, então mencione quais são. **Sr. Ruy Pedro Baratz (Lar da**
967 **Amizade)** – Mas aí a Câmara que vai definir. **Sr. José Paulo Giacomoni (Secretaria**
968 **Municipal dos Esportes – SME)** – Então cita a documentação, então cita o Artigo. **Sra.**
969 **Ana Paula Mendes Matos (Banco de Alimentos do RS)** – Isso, então talvez a gente tenha
970 só que colocar ali que a gente está se referindo a um plano de ação daquela entidade, isso é
971 importante mesmo. **Sr. Ruy Pedro Baratz (Lar da Amizade)** – Mas já está lá em cima,
972 mas já está lá no outro Artigo. **Sr. José Paulo Giacomoni (Secretaria Municipal dos**
973 **Esportes – SME)** – Os critérios mencionados ali. **Sr. Ruy Pedro Baratz (Lar da**
974 **Amizade)** – Não precisa, porque o estabelecer, se é o COMUI que estabelece na hora que
975 ele achar conveniente ele troca. **Sr. José Paulo Giacomoni (Secretaria Municipal dos**
976 **Esportes – SME)** – Esse é o perigo. **Sr. Ruy Pedro Baratz (Lar da Amizade)** – Mas o
977 COMUI que troca. **Sr. José Paulo Giacomoni (Secretaria Municipal dos Esportes –**
978 **SME)** – Mas o COMUI... **Sr. Ruy Pedro Baratz (Lar da Amizade)** – O perigo é se não...

979 **Sr. José Paulo Giacomoni (Secretaria Municipal dos Esportes – SME)** – Eu posso estar
980 alterando sistematicamente, isso que eu não quero, eu quero gravar ali que tem um... Quais
981 os documentos que o... Porque senão a cada gestão que muda aqui, mudou o Presidente,
982 vem outros ares e muda tudo. Qual o Artigo que está mencionado ali em cima o... Não se
983 concorda comigo ou não. Então coloca então. **Sr. Ruy Pedro Baratz (Lar da Amizade)** –
984 Mas para quê? **Sr. José Paulo Giacomoni (Secretaria Municipal dos Esportes – SME)** –
985 Para reforçar ali, porque para não manter critérios, não é isso que não precisa ali? **Sr. Ruy**
986 **Pedro Baratz (Lar da Amizade)** – Estabelecer critérios, se a Câmara resolver estabelecer
987 critérios diferentes, ela não vai ter que trazer para o Plenário? **Sra. Eleonora Kehles**
988 **Spinato (Associação de Moradores do Jardim Ipiranga - ASMOJI)** – Vai ter que votar.
989 **Sr. Ruy Pedro Baratz (Lar da Amizade)** – E se o Plenário aceitar muda a resolução, mas
990 é importante que fique claro que quem estabelece é o COMUI. **Sra. Ana Paula Mendes**
991 **Matos (Banco de Alimentos do RS)** – Isso foi o que ficou. **Sr. Ruy Pedro Baratz (Lar**
992 **da Amizade)** – É isso, agora mantendo onde diz que é o COMUI que estabelece, pode ser o
993 Secretário, pode ser o Prefeito, pode ser o Presidente do COMUI. **Sr. José Paulo**
994 **Giacomoni (Secretaria Municipal dos Esportes – SME)** – É do COMUI. **Sr. Ruy Pedro**
995 **Baratz (Lar da Amizade)** – Manter, mas é só manter. **Sra. Maria da Graça Furtado**
996 **(Fundação de Assistência Social e Cidadania - FASC)** – Ruy, nós estamos falando dessa
997 ação que fala de traços, está bom? são traços, o primeiro é a análise da documentação por
998 ordem de recebimento, então tem uma ordem que o COMUI vai analisar, por ordem de
999 chegada, é isso, não é? De recebimento. Dez, o prazo de tramitação do processo de registro
1000 que a gente traz será de até 60 dias, então está falando de outro prazo, da tramitação do
1001 processo. O Artigo 11 também está tentando falar de um prazo, que é que a cada quatro
1002 anos a entidade terá que passar por processo de correção, é isso? A partir de apresentação
1003 de um plano... **Sra. Eleonora Kehles Spinato (Associação de Moradores do Jardim**
1004 **Ipiranga - ASMOJI)** – De todo é o que nós vamos fazer agora, por exemplo, fazer o
1005 recadastramento, precisa de toda a documentação. **Sra. Maria da Graça Furtado**
1006 **(Fundação de Assistência Social e Cidadania - FASC)** – Então o que se falando ali é do
1007 prazo de quatro anos. **Sra. Eleonora Kehles Spinato (Associação de Moradores do**
1008 **Jardim Ipiranga - ASMOJI)** – Isso, de renovação de todos os documentos. **Sra. Maria**
1009 **da Graça Furtado (Fundação de Assistência Social e Cidadania - FASC)** – Então a
1010 cada quatro anos as entidades deverão renovar os seus documentos? **Sra. Eleonora Kehles**
1011 **Spinato (Associação de Moradores do Jardim Ipiranga - ASMOJI)** – É, mas isso está
1012 correto, que é de responsabilidade do COMUI... **Sra. Maria da Graça Furtado**
1013 **(Fundação de Assistência Social e Cidadania - FASC)** – Manter critérios. **Sra. Eleonora**
1014 **Kehles Spinato (Associação de Moradores do Jardim Ipiranga - ASMOJI)** –
1015 Estabelecer? **Sra. Maria da Graça Furtado (Fundação de Assistência Social e**
1016 **Cidadania - FASC)** – Não, não. **Sra. Lúcia Helena Bastos Maschke (Associação**
1017 **Ferrovários Sul Riograndense)** – Poderia acrescentar nesse Artigo 11 aí, que me
1018 preocupa o seguinte, vamos citar a minha associação lá, ela vai ter eleições ano que vem...
1019 Ela vai ter eleição ano que vem e vai alterar, mas ela não está há quatro anos aqui ainda, vai
1020 alterar Diretoria, então eu acho que nesse Artigo 11 tem que votar a alteração a quatros
1021 anos ou quando houver alteração de Diretoria da entidade, qualquer coisa assim, porque aí
1022 chama aquela assembleia, são eleitos outros Presidentes, Diretores e coisa e tal, e aí são...
1023 Tem que acrescentar ali, eu não sei se que forma, lá em cima aparece na documentação...
1024 **Sra. Ana Paula Mendes Matos (Banco de Alimentos do RS)** – Pode colocar cabendo a
1025 entidade... **Sra. Lúcia Helena Bastos Maschke (Associação Ferrovários Sul**

1026 **Riograndense)** – Atualizar seus documentos toda vez que ocorrer alteração. **Sra. Ana**
1027 **Paula Mendes Matos (Banco de Alimentos do RS)** – Sim, porque aí a gente
1028 responsabiliza também a entidade, porque ela também tem interesse em estar buscando o
1029 COMUI, não é? **Sr. Ruy Pedro Baratz (Lar da Amizade)** – Bom, se é assim para mim já
1030 muda na redação também. Então ali não é nem mais... É tirar tudo aquilo e pôr para cima, é
1031 responsabilidade do COMUI avaliar o registro das entidades e sua renovação a cada quatro
1032 anos. **Sra. Maria da Graça Furtado (Fundação de Assistência Social e Cidadania -**
1033 **FASC)** – É, aí fica um... Que assim, compete ao COMUI avaliar de quatro em quatro
1034 anos... **Sr. Ruy Pedro Baratz (Lar da Amizade)** – O registro das entidades. **Sr. Edson**
1035 **Aracy Meneses Ferreira (Instituto Nacional da Próstata)** – Isso perfeito, muito bom.
1036 **Sra. Eleonora Kehles Spinato (Associação de Moradores do Jardim Ipiranga -**
1037 **ASMOJI)** – Pode ser Luiz, eu acho. **Sr. Ruy Pedro Baratz (Lar da Amizade)** – Avaliar,
1038 é de responsabilidade... Não, não, pode deixar aqui, é de responsabilidade do COMUI
1039 avaliar. Pode tirar tudo isso que está em vermelho, tira o periódico também e tira... Isso.
1040 **Sra. Ana Paula Mendes Matos (Banco de Alimentos do RS)** – Ficou, porque, vamos
1041 pensar assim, que daqui a pouco a gente chama esse recadastramento e tem... E as que não
1042 estão dentro dos critérios a gente vai retirar, pelo menos vai deixar em stand-by até... **Sra.**
1043 **Eleonora Kehles Spinato (Associação de Moradores do Jardim Ipiranga - ASMOJI)** –
1044 O Artigo 12, Parágrafo 1 eu sugiro suprimir. **Sr. Luiz Vasconcelos Salatino (Gerência do**
1045 **COMUI/CMDCA)** – Parágrafo único? **Sra. Eleonora Kehles Spinato (Associação de**
1046 **Moradores do Jardim Ipiranga - ASMOJI)** – Artigo 12, Parágrafo 1, seguindo a lógica
1047 que nós viemos, não deixa nada. **Sra. Lúcia Helena Bastos Maschke (Associação**
1048 **Ferrovários Sul Riograndense)** – É que ela estava seguindo lá o... Não, é que pertencia
1049 ao que ficou três agora, pertencia ao das... Com fins lucrativos. **Sr. Luiz Vasconcelos**
1050 **Salatino (Gerência do COMUI/CMDCA)** – Está bom. **Sr. Ruy Pedro Baratz (Lar da**
1051 **Amizade)** – Pode colocar uma consideração de sinais. **Sr. Luiz Vasconcelos Salatino**
1052 **(Gerência do COMUI/CMDCA)** – Então tira a... O 12? **Sra. Eleonora Kehles Spinato**
1053 **(Associação de Moradores do Jardim Ipiranga - ASMOJI)** – O 12 e Parágrafo 1, se
1054 resolverem que elas podem tramitar depois... **Sr. Luiz Vasconcelos Salatino (Gerência do**
1055 **COMUI/CMDCA)** – Isso tudo sai fora? **Sra. Eleonora Kehles Spinato (Associação de**
1056 **Moradores do Jardim Ipiranga - ASMOJI)** – Eu sugiro que sim, para seguir a ordem
1057 dos... Que a gente veio aqui antes. **Sr. Luiz Vasconcelos Salatino (Gerência do**
1058 **COMUI/CMDCA)** – Aí então aqui teria que ficar depois? **Sra. Eleonora Kehles Spinato**
1059 **(Associação de Moradores do Jardim Ipiranga - ASMOJI)** – Na realidade eu acharia
1060 que... Eu acho que seria importante deixar claro que eles não poderia fazer uso do Fundo,
1061 mas como nós não temos que fazer no registro esse tipo de avaliação... **Sra. Ana Paula**
1062 **Mendes Matos (Banco de Alimentos do RS)** – Mas aí a gente pode ver isso lá na de
1063 Projeto, que lá cabe. **Sra. Eleonora Kehles Spinato (Associação de Moradores do**
1064 **Jardim Ipiranga - ASMOJI)** – Mas aí já não é nossa opção. **Sra. Ana Paula Mendes**
1065 **Matos (Banco de Alimentos do RS)** – Mas a gente pode lembrar. **Sra. Maria da Graça**
1066 **Furtado (Fundação de Assistência Social e Cidadania - FASC)** – Está errada. **Sr. Luiz**
1067 **Vasconcelos Salatino (Gerência do COMUI/CMDCA)** – Não, para concluir, eu vou
1068 trocar. **Sr. Ruy Pedro Baratz (Lar da Amizade)** – Essa aí é a última. **Sra. Lúcia Helena**
1069 **Bastos Maschke (Associação Ferrovários Sul Riograndense)** – Essa aí, não vai ter mais
1070 nada aí agora, é só 12 ali. **Sr. Ruy Pedro Baratz (Lar da Amizade)** – Então tira 11 e
1071 coloca 12. **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – Já está tudo ok?
1072 Em regime de votação, quem é favorável a resolução 060 de registro das entidades? Por

1073 favor, votar. 12 votos favoráveis, aprovado. Parabéns a Câmara de Análise de Registro por
1074 mais este avanço que tivemos esse ano e posteriormente vamos aguardar o de Projeto que já
1075 está no forno, já está chegando. **Sra. Lúcia Helena Bastos Maschke (Associação**
1076 **Ferrovários Sul Riograndense)** – Luiz, só agora quando enumerar e mandar publicar tem
1077 todos aqueles anexos juntos. **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique)**
1078 – Sim, tem os anexos. **Sr. Luiz Vasconcelos Salatino (Gerência do COMUI/CMDCA)** –
1079 Pen drive. **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – Gente, chegou
1080 aqui um e-mail do... Não sei se os senhores querem, do Clube de Mães... Então, tenho
1081 informações aqui, o Clube de Mães enviou um e-mail solicitando: *“Pedimos, por gentileza,*
1082 *que nos envie a logomarca do COMUI para utilização em peças gráficas das sacolas.”*
1083 Sacolinhas que foi feita com a Chamada Pública do Clube de Mães e eles querem fazer a
1084 impressão e estão nos solicitando autorização para usar o logo do Fundo e do COMUI,
1085 posso colocar em votação? Quem é favorável a encaminhar o logo para o Clube de Mães do
1086 Cristal? Clube de Mães do Cristal, Projeto da Chamada Pública, eles vão fazer as
1087 impressões de umas sacolinhas, aquelas sacolinhas de pano, sabe? E aí eles estão pedindo
1088 autorização para usar o logo do fundo do COMUI. **Sra. Ana Paula Mendes Matos (Banco**
1089 **de Alimentos do RS)** – Eu só queria uma pergunta, só quero colocar uma dúvida, será que
1090 nós não teríamos que ver um piloto dessa sacola? A gente está aprovando... Mas é que
1091 assim gente, seria interessante a gente ver como fica isso. **Sra. Elisiane Silva de**
1092 **Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – Seu Ruy, por favor, o senhor levantou o braço, é
1093 para votar? **Sr. Ruy Pedro Baratz (Lar da Amizade)** – Eu votei favorável. **Sra. Elisiane**
1094 **Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – Eu me sinto em vontade de votar. **Sr.**
1095 **Roberto Rodrigues Fuentes (Secretaria Municipal da Saúde – SMS)** – Roberto da
1096 Saúde, eu concordo com o Conselheiro Ruy, é uma questão automática, o material foi
1097 produzido com recursos do próprio COMUI, uma entidade filiada para uma finalidade
1098 única, caso tenha outro patrocínio, outra coisa...**Sr. Ruy Pedro Baratz (Lar da Amizade)**
1099 – Mas o que... Isso é divulgação gente. **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre**
1100 **Cacique)** – É divulgação, sim, exato. Quem é favorável então? Quantos votos? 12 votos
1101 favoráveis. Está bom, agora temos outro que também é para utilização do logo. **Sra.**
1102 **Eleonora Kehles Spinato (Associação de Moradores do Jardim Ipiranga - ASMOJI)** –
1103 Não, mas esse aqui a gente trouxe ontem para a Câmara de Comunicação e dentro da
1104 Chamada Pública estava a publicação pelos idosos de poemas na terceira coletânea, que são
1105 dez anos do sarau lá da ASMOJI, da Associação Jardim Ipiranga. Então eu trouxe um
1106 boneco, tem algumas coisas a ser corrigida, é boneco... Aqui, só para dizer que no início
1107 tem um agradecimento ao COMUI por ter abraçado o projeto. **Sr. Ruy Pedro Baratz (Lar**
1108 **da Amizade)** – Lê para nós o agradecimento, faz favor. **Sra. Eleonora Kehles Spinato**
1109 **(Associação de Moradores do Jardim Ipiranga - ASMOJI)** – *“Ao Conselho Municipal*
1110 *do Idoso, que acolheu o Projeto Entrelaçando os Saberes, possibilitando a publicação com*
1111 *dedicação e delicadeza as pessoas...”* E aqui dentro na apresentação de fala no Conselho,
1112 na apresentação, aqui atrás, aqui na contracapa, vou mostrar para vocês, tem: *“Financiado*
1113 *pelo Fundo Municipal do Idoso.”* Então pode ser comercializado, e tiragem... E aqui atrás
1114 tem o logo da Associação, do COMUI. **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre**
1115 **Cacique)** – Ela está querendo a aprovação também do logo, é isso? **Sra. Eleonora Kehles**
1116 **Spinato (Associação de Moradores do Jardim Ipiranga - ASMOJI)** – Não é do logo, é
1117 de toda a peça. **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – Mas essa
1118 peça já tinha aprovado na Câmara de Projeto, é diferente do Clube de Mães Cristal, esse daí

1119 já está aprovado Sra. Eleonora. Ok? Nada mais a constar? Então damos por encerrada a
1120 reunião do Conselho Pleno do dia 19 do nove de 2017.